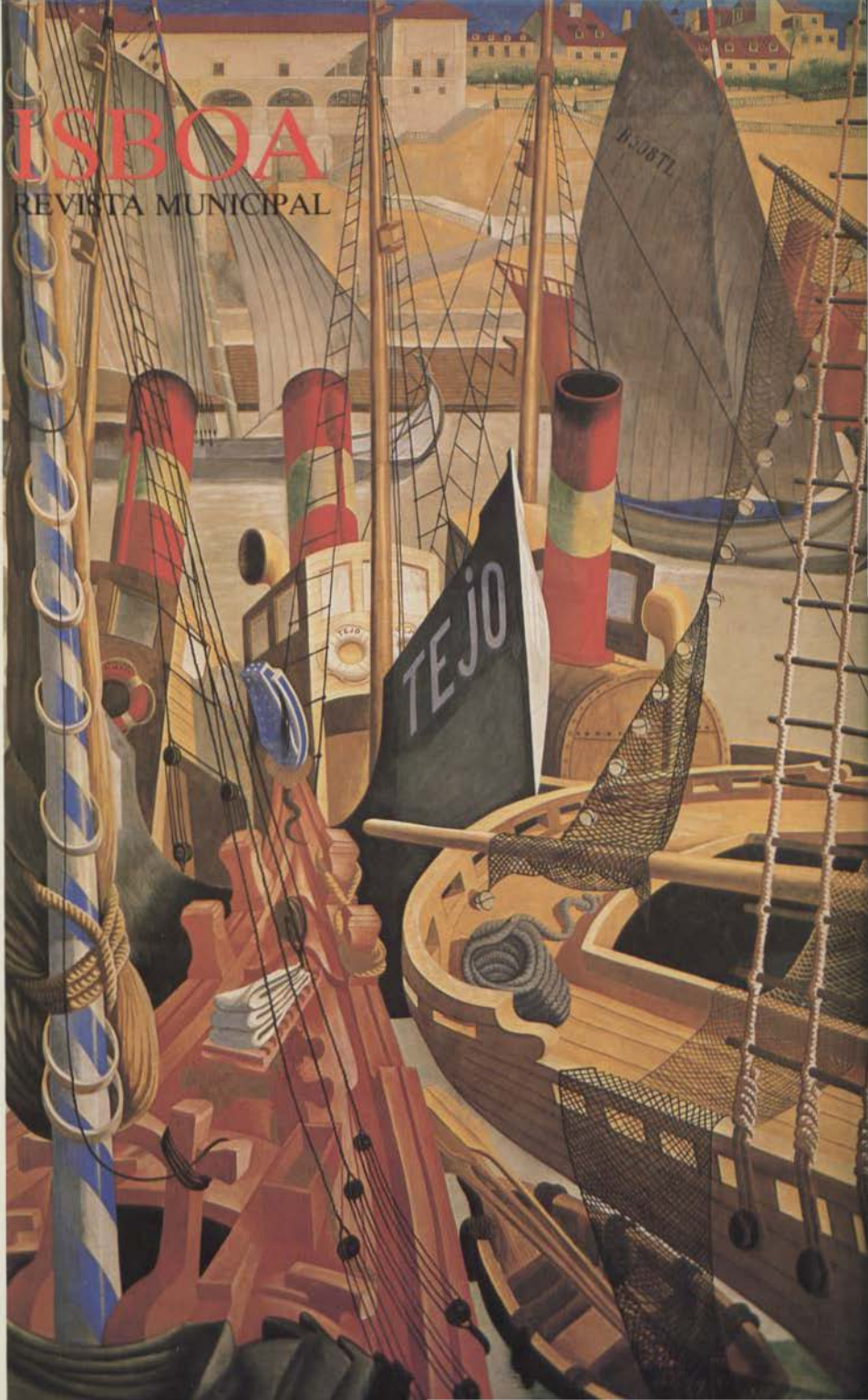


93/16
LISBOA
REVISTA MUNICIPAL

658



EDIÇÃO
DA C. M. L.
ANO XLV
2.ª SÉRIE
N.ºs 8/9/10
2.º, 3.º e 4.º
TRIMESTRES
DE 1984



LISBOA

revista municipal

ANO XLV — 2.ª SÉRIE — N.º 8/9/10 — 2.º, 3.º e 4.º TRIMESTRES DE 1984 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: FERNANDO
CASTELO BRANCO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

CARLOS BOTELHO: UM PINTOR DE LISBOA
• TRÊS INSCRIÇÕES ROMANAS
DE OLISIPO • EXISTIU EM LISBOA UM
PROBLEMA MOAJEIRO? • AZULEJOS DE
FACHADA EM LISBOA-V • AS ACTAS DAS
SESSÕES DE ESTUDOS OLISIPONENSES
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES-III • LISBOA - NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Execução gráfica Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora — 2000 ex.



NA CAPA:

Painel de
Almada Negreiros
na Gare Marítima
de Alcântara

CARLOS BOTELHO

UM PINTOR DE LISBOA

A Lisboa, que Carlos Botelho pinta, é a cidade que ele quer reencontrar, como um rosto que se perde no meio da multidão e que tão ansiosamente se procura.

O autor dizia que «... retratar a cidade era a mesma coisa que retratar uma pessoa...». De facto, ele ao pintar Lisboa, pinta o Homem português numa das suas facetas.

A cidade é obra do homem através dos séculos. Botelho faz um longo diálogo com formas artísticas renovadas, não deixando de ser fiel ao enigma da cidade secreta. Assim, deste modo, tenta revelar a alma da cidade. A figura humana que raramente aparece representada nos seus quadros, surge por vezes no intuito de nos dar uma nota de vida. Aqui ou ali encontramos um vendedor ambulante, um mendigo, uma criança brincando com um gato.

Tenta oferecer-nos uma melodia que está escondida numa cidade bizarra cheia de escadarias sinuosas, telhados inclinados, chafariz, becos, ruas, terreirinhos, largos, docas, árvores, através de formas geometrizes, e sobreposição de planos e volumes.

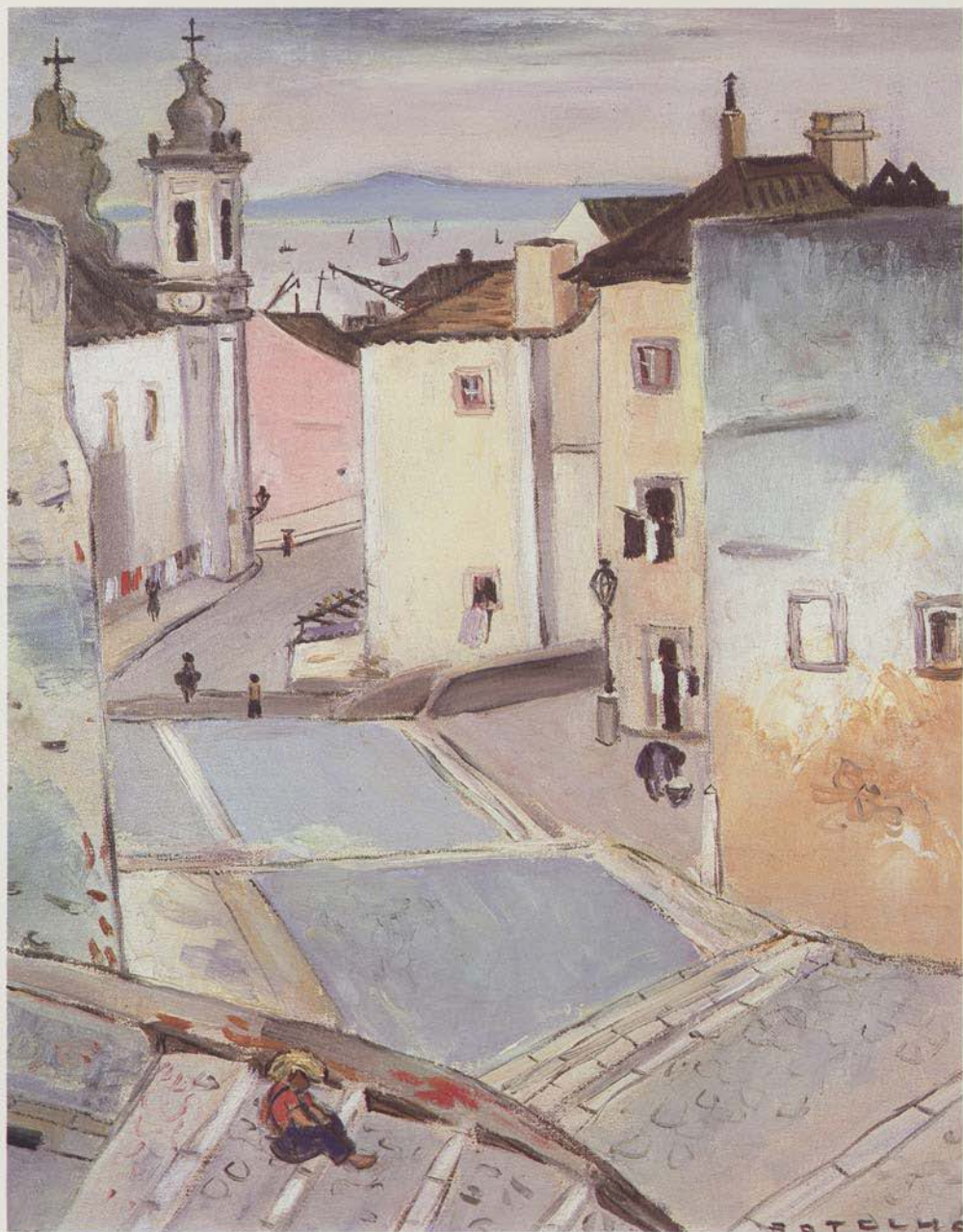
O universo musical em que foi criado leva-o a dar-nos uma harmonia cromática que são como certos acordes na arte dos sons. O aspecto dos bairros com as igrejas, paredes e telhados em vários planos, são enriquecidos por uma interpretação de excelente fantasia cromática. Com o evoluir da sua pintura, verifica-se uma certa tendência de mudança de um colorido acentuado, por vezes violento, para cores mais discretas e tonalidades delicadas, como branco, rosa e amarelo pálidos e azuis claros.

Zimbório da Estrela



Ruas de Lisboa antiga
avistando-se o Tejo ao fundo





Aspectos da vida quotidiana de Lisboa antiga
— Vendedeiras e uma criança brincando



Bairro antigo de Lisboa
com vista parcial
da outra margem do rio Tejo

Aspecto de Lisboa no Inverno



O pintor ama a terra que o viu nascer, e canta-a numa arte forte e delicada, numa pintura simples, criadora e estilizada.

Pinta o seu mundo desde «O Zimbório da Basílica da Estrela», uma obra datada de 29 e o primeiro quadro de tema lisboeta, à Costa do Castelo, do Cais das Colunas à Calçada do Marquês de Tancos, o Jardim de S. Pedro de Alcântara, Sé, Largo de S. Cristóvão, e pinta ainda gaivotas no Tejo e palmeiras em Alfama, dando-lhe uma luminosidade, e um silêncio expectante de cidade despovoadas, mas que vive por si própria.

Carlos Botelho recriou, com a sua obra, uma cidade com corpo e espírito para que se tornasse um testemunho vivo da tradição, pois como o autor dizia «o meu modelo é Lisboa, cidade que infelizmente parece estar em vésperas de se perder».

Percorrendo, um a um, os seus pitorescos quadros, nota-se que exprimem uma vontade de fazer reviver Lisboa e de a tornar mesmo nova. Da vastíssima obra deste artista, que também já a Câmara Municipal de Lisboa apresentou, grande parte dela, (1) isolei um conjunto de trabalhos, que abrange um período de 15 anos, dividi-o em três partes.

Do primeiro, 1930-1935, salienta-se a visão cubista do *Zimbório da Estrela*; e, o *Jardim de S. Pedro de Alcântara*, pequeno quadro cheio de interesse, pelos seus negros e cinzentos. Do segundo período fazem parte a *Sé*, com uma perspectiva diferente daquela que é habitual, pois nele insere-se um conjunto de casario, mar e recantos românticos, que torna ainda mais belo aquele monumento românico. A cor começa aqui a tornar-se mais clara, como se a cidade estivesse na sua adolescência. Ao terceiro período, composto pelos últimos cinco anos, dizem respeito *Largo de S. Cristóvão*, *Largo do Chão de Loureiro*, *Quintalinho no Castelo e Rossio*, cujas cores começam a aparecer um pouco esbatidas.

Ao longo deste espaço de tempo — 15 anos — verifica-se, que Botelho evoluiu de uma maneira vertiginosa no sentido de escuro/claro no colorido de toda a sua obra, é então a partir de 45 que a cor canta nas suas telas, cada vez mais aberta e franca, quer os seus quadros representem as horas frescas da manhã, ou os dias ensombrados. E é esta sinfonia de cores que faz florir a cidade de Lisboa, tão querida do autor.

Ao observarmos os quadros inseridos neste artigo vemos essa evolução. *O Zimbório da Estrela*, que pertence ao primeiro período, apresenta mancha larga e colorido acentuado, por vezes violento, os verdes são escuros, cores de laranja são vivas e o branco sobressai. Segue-se ainda um outro, representando ruas de Lisboa e recantos, com uma perspectiva em direcção ao mar; cuja nota de vida é dada por uma árvore pequena. As cores continuam fortes em tonalidades de azuis, rosa, amarelo e verde. Já num outro quadro começam a aparecer os azuis e rosas pálidos, e a nota de vida aqui é dada por uma criança que está sentada na escadaria. Nos restantes, a presença da criança, dá lugar a vendedeiras e um gato como nota de vida fugidia, esgueirando-se pelos becos; e, através de um miradouro, observa-se uma excelente imagem de jogos de telhados de todos os feitios, num colorido cada vez mais claro.

Quanto à estrutura da obra, em geral, ela apresenta também evolução. Nos primeiros quadros ele amontoa tudo como numa manta de retalhos, são peças compostas, são uma espécie de antologia que nos dá uma visão panorâmica de conjunto. Nos quadros posteriores ele apresenta pormenores, como seja, um estendal.

E é essa que vai ser a sua última fase, que o conduz a uma concepção abstracta.

Para completar este trabalho, falta ainda dizer alguma coisa sobre o temperamento do artista. A tendência através de tudo manifestada pelo tema dominante da sua arte, faz-nos crer num pintor calmo e sereno, como serenas são as intenções reflectidas nos processos empregues, sem contudo esconder a sua emoção. Mas também a tristeza e a melancolia, estão patentes naquelas figuras humanas.

Carlos Botelho, com a simplicidade de processos e efeitos, criou um universo plástico onde o simbólico representa a mais bela das cidades: Lisboa.

(1) Câmara Municipal de Lisboa — Exposição Retrospectiva do pintor Carlos Botelho sobre motivos de Lisboa, notas críticas, biográficas e bibliográficas de Sellés Paes, Palácio Galveias, Abril de 1959.

SALETE SIMÕES SALVADO

SEOMARA DA VEIGA FERREIRA



TRÊS
INSCRIÇÕES
ROMANAS
DE OLISIPO

I - INTRODUÇÃO

Entre a Primavera de 1983 e o Verão de 1984 dedicámos muitos dos nossos sábados a «peregrinar» em Lisboa a fim de proceder à recolha de um certo tipo de materiais que esperamos, um dia, poder chegar a publicar. Inevitavelmente, essas «peregrinações» levaram-nos à Sé e ao Castelo de S. Jorge, casos por demais expressivos da reutilização de materiais antigos desde, pelo menos, o Baixo Império até aos nossos dias.

O reencontro com a inscrição já estudada por Vieira da Silva e o achamento da inscrição estudada sob o n.º 2, foram fortuitos dado que aquilo que procurávamos se não tratava especificamente de material epigráfico. Ao compararmos a nossa fotografia com a leitura constante na «Epigrafia de Olisipo», verificámos as discrepâncias e, por isso, resolvemos juntar esta lápide já conhecida, mas sempre mal lida, às outras ainda inéditas.

Embora a consulta bibliográfica por nós empreendida fosse muito mais vasta do que a bibliografia indicada, resumimos neste artigo a referência às obras que nos foram directamente úteis para a organização do mesmo.

II - AS INSCRIÇÕES

1) *Inscrição Funerária de Sextus Numisius Philocalus e Sextus Numisius Nicephorus*

Morfologia:

Grande paralelepípedo de calcário branco da região de Lisboa, apresentando duas faces ao espectador, na maior das quais se encontra aberta a inscrição. A face menor corresponde ao topo do cipo pois este encontra-se deitado sobre o seu lado esquerdo.

Dimensões:

comprimento: 0,41 m
largura (espessura): 0,26 m
altura: 1,01 m

Localização:

Castelo de S. Jorge. Esta peça encontra-se reutilizada como material de construção no trecho da Cerca Velha que, arancando do Castelojo, corre para Sul encoberta pelas «Prisões» e «Sala Ogi-val» e mostra um lanço livre de construções voltado completamente a Ocidente, no qual se abre uma porta antiga de arco abatido sem aduelas que se não enquadra nas eventuais obras das épocas românicas e góticas e, muito menos, em épocas anteriores. A sua inserção faz-se imediatamente ao alicerce que aflora levemente no solo calcetado a sei-

xo e situa-se junto à ombreira sem dela fazer parte, contrariamente ao que diz Vieira da Silva (1).

Esta inscrição não só foi referida por autores antigos como André de Resende, Luís Marinho de Azevedo, etc., como mereceu a atenção de Júlio de Castilho (2) e de Vieira da Silva que a publicou duas vezes (3). Hübner também a transcreveu (4) e pela posição que hoje ainda ocupa não é de rejeitar a hipótese de que, pelo menos desde o Séc. XVII, não tenha sido mexida.

Conforme dissemos, Vieira da Silva publicou duas vezes este cipo, correspondendo a sua primeira leitura à já divulgada por Júlio de Castilho (2) e em «O Castelo de S. Jorge em Lisboa», edição de 1937, a versão indicada era a seguinte:

SEX. NVMISIVS SEX. F.
PHILOCALVS. H. S. E.
SEX. NVMISIVS NICEPHORVS
ANN. XVIII. H. S. E.

A tradução igualmente apresentada correspondia ao texto supracitado e dizia assim: «Sexto Numisio Filócalo, filho de Sexto, está aqui sepultado. Sexto Numisio Nicéforo, de dezoito anos de idade, está aqui sepultado.» (5)

Anos volvidos, já em 1944, realizadas as grandes e problemáticas obras de restauro do Castelo de São Jorge, Vieira da Silva, tendo reunido os seus trabalhos sobre os monumentos epigráficos de Lisboa, publica a sua «Epigrafia de Olisipo», onde, a págs. 105/106 e sob o n.º 12, estuda a inscrição em causa, completando a sua notícia com um desenho e dimensões assim como correcções julgadas necessárias e que nós supomos terem sido resultantes do exame directo da inscrição. Assim, na 2.ª linha do texto, indica que entre SEX e PHI se encontraria um P que, no seu entender, se deveria ler como F; e na 7.ª linha um S em vez do F com que a linha se inicia na margem esquerda. Mas, Vieira da Silva introduz ainda uma terceira alteração e que é a de ler, na 6.ª linha, NIGEPHORVS em vez de NICEPHORVS, referindo, a propósito que «o G na 6.ª linha também está nítido». (6)

É a seguinte a sua segunda versão da inscrição em estudo (7):

SEX NVMIS
IVS SEXPPHI
LOCALVS
H.S.E.
SEX NVMISI
NIGEPHORV
FANN XVIII
H.S.E.

com a leitura correctamente desenvolvida sobre o texto indicado: «Sex(tus) Numisius, Sex(t) P(=F)(il)lus), Philocalus, H(ic) S(itus) E(st). Sex(tus) Numisi(us) Nigephoru(f=s) Ann(or)um XVIII, H(ic) S(itus) E(st).» A esta leitura corresponde também uma tradução que a segue com fidelidade: «Sexto Numisio Filócalo, filho de Sexto, está aqui sepultado. Sexto Numisio Nicéforo (falecido aos) 18 anos de idade, está aqui sepultado.»

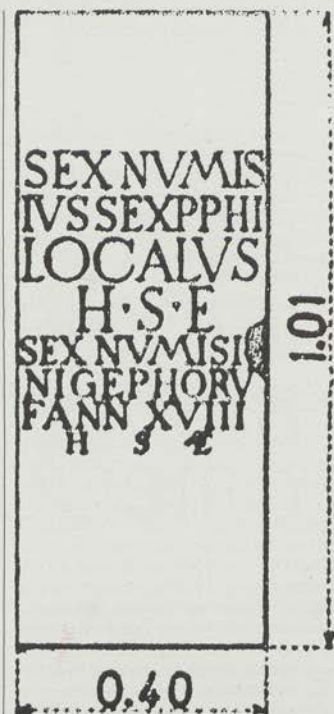
Ao reexaminar esta inscrição em 1983/1984, verificámos que a margem direita do cipo, a que actualmente se encontra virada para cima, apresenta acentuado desgaste e alguns pequenos estragos que afectaram particularmente a 1.ª, 5.ª e 6.ª linhas. A erosão e os liques afectaram também a face exposta a Ocidente, onde se abrem pequenos alvéolos, um dos quais coincidindo com a parte terminal da curva inferior do C de NICEPHORVS. Finalmente, o lapidário ao abrir o texto deixou uma folga maior na margem esquerda aproximando, pelo contrário, perigosamente as letras da margem direita, além do que ainda as «apertou» nessa margem como aconteceu com o S intermédio de NVMISIVS, na 1.ª linha, o final VS de NVMISIVS na 5.ª e o S final de NICEPHORVS na 6.ª. Estas circunstâncias conjugaram-se para induzir em erro Vieira da Silva. Desta forma, quer a sua primeira versão desta inscrição, a qual se inclui na repetição tradicional da mesma, quer a sua versão, corrigida e publicada mais tarde, estão incorrectas. Felizmente que esta inscrição se não perdeu nem danificou pelo que a leitura que dela fazemos pode ser plenamente comprovada e é a seguinte:

SEX NVMIS
IVIS SEXLPHI
LOCALVS
H.S.E.
SEX NVMISIVS
NICEPHORVS
F ANN XVIII
H S E

com a correspondente interpretação: Sex(tus) Numisius, Sex(t) L(i)bertus), Philocalus, H(ic) S(itus) E(st). Sex(tus) Numisius Nicephorus F(il)lus), Ann(or)um XVIII, H(ic) S(itus) E(st).

Tradução: Sexto Numisio Filócalo, Liberto de Sexto, está aqui sepultado. Sexto Numisio Nicéforo, filho (do anterior), de dezoito anos (de idade), está aqui sepultado.

Embora pequenas, as correcções por nós apresentadas não deixam de ter o seu interesse e, se assim não fosse, não nos teríamos dado ao trabalho de ordenar estas notas. Em primeiro lugar, por ser o mais importante, temos o estabelecimento da verdade. Em segundo lugar, temos novos dados sobre estes dois ha-



Inscrição Funerária de Sextus Numisius Philocalus e Sextus Numisius Nicephorus tal como se pode ver, inserta num troço da Cerca Velha, no Castelo de S. Jorge

Desenho da inscrição n.º 1 tal como Vieira da Silva a publicou em «Epigrafia de Orlisipo».

bitantes da antiga Olisipo. Filócalo morre na condição de liberto, o que significa que foi escravo e que, ao receber a sua alforria, tomou do seu patrono o nome e o gentilício Sextus Numisius, aos quais o seu nome original foi adicionado como cognome. Dentro da melhor tradição romana o seu filho varão, mais velho ou único, tomou por inteiro o nome e gentilício do pai, mas foi-lhe acrescentado como cognome o seu nome grego, aquele pelo qual era normal e vulgarmente designado: Nicéforo. Desta forma, os «cognomina» destes dois defuntos dão-nos a pista da sua origem grega: PHILOCALUS (O Amigo-do-Belo) e NICEPHORUS (O-que-leva-a-Vitória). Por último os nomes de ambos dão-nos a terceira personagem paradoxalmente presente e ausente da inscrição: o homem de condição livre, Sexto Numisio que um dia libertou um seu escravo, tal como ele habitante de Olisipo.

O interesse desta inscrição não fica, todavia, por aqui. Vejamo-la a partir duma perspectiva exclusivamente epigráfica. Já vimos que um pequeno alvéolo de erosão no remate do traço curvo inferior do C levou Vieira da Silva a lê-lo como G, donde resultou o nome Nicéforo que não existe em Grego. Mas com o L que Vieira da Silva leu como P, considerando-o correspondente a um F, sucedeu algo que plenamente justifica aquele equívoco. Com efeito, e talvez por influência do P inicial de PHILOCALVS o lapidário, quando passou a inscrição à pedra, gravou uma haste vertical e começou a gravar a haste curva de um P que não chegou a abrir muito profundamente na pedra por certamente se ter apercebido do engano e prontamente o corrigiu para L, cujo traço inferior, absolutamente horizontal se encontra clara e inequivocamente gravado.

Como bem se observa nas estampas que ilustram este trabalho, a inscrição corre em oito linhas correspondendo cada quatro a cada um dos falecidos. Após uma superfície vazia de 0,213 m abre-se a inscrição em que as dimensões são as seguintes: 1.ª linha, letras entre 0,067 e 0,06 m; faixa de separação de 0,02 m; 2.ª linha, entre 0,057 e 0,06 m, faixa idem; 3.ª linha entre 0,055 e 0,06 m, faixa idem; 4.ª linha, 0,06, faixa idem; 5.ª linha, 0,042, faixa 0,01; 6.ª linha, entre 0,04 e 0,042 m, faixa idem; 7.ª linha, 0,042, faixa idem; 8.ª linha, 0,042, superfície lisa até ao fundo 0,295 m.

As letras utilizadas nas primeiras quatro linhas são capitais executadas com uma certa dignidade e qualidade estética, inspirando-se certamente nos protótipos da escrita monumental. Os SS apresentam harmoniosa variação de espessura de modo a criar efeitos de grosso-fino, terminando as hastes por remates triangulares. O A tem a barra colocada a meio e o O da terceira linha tem o

rigoroso diâmetro de 0,06 m, o que permitiria inscrevê-lo num quadrado, o mesmo acontecendo com o C vizinho, de tal forma foi pujante o seu traçado. Apesar do desaire do P corrigido em L e dentro duma grande modéstia técnica, o lapidário que abriu esta inscrição sabia do seu ofício. Curiosamente o S da quarta linha, em vez de estar rigorosamente na vertical, está um pouco inclinado para a direita.

Quanto à segunda parte do texto, as segundas quatro linhas, o panorama é levemente diferente. As letras são mais pequenas, os espaços mais apertados, o traço menos firme, os remates menos cuidados ou, por vezes, inexistentes, os VV ondulam e notam-se, quase imperceptíveis, as linhas auxiliares da inscrição. A fórmula final não tem pontos de separação. Pensamos poder situar esta inscrição, no seu todo, dadas as letras utilizadas, a observância das regras epigráficas, o cuidado da indicação dos «tria nomina» e a ausência da dedicatória aos Deuses Manes, na segunda metade do Séc. I d.C. Embora praticamente contemporâneas, as quatro últimas linhas serão ligeiramente posteriores e da mão de um outro lapidário, embora o lapso de tempo decorrido nunca possa ser, como é óbvio, superior a dezoito anos! De certa forma, o S de H.S.E. afasta-se dos outros pertencentes às quatro primeiras linhas e aproxima-se das segundas quatro, embora mantenha o padrão dimensional do seu grupo. Será que o epítáfio de Sextus Numisius foi feito ainda em vida e a fórmula final acrescentada anos mais tarde quando morreu?

Hesitámos em chamar a esta peça funerária cipo, sem grande convicção, Vieira da Silva chamou-lhe cipo, talvez convictivamente, pois cremos que nunca viu a face do topo dado que não apre-

Troço da Cerca Velha onde se abre uma porta presumivelmente não anterior ao séc. XVII. No lado direito, rente ao chão vê-se a inscrição em causa, contigua à ombreira da porta mas sem dela fazer parte



O mesmo local visto de Oriente.
O vão da porta abre
entre ruínas cenograficamente dispostas

senta as suas medidas, o que certamente teria feito se a tivesse visto (*). Para sermos inocuamente exactas, deveríamos chamar-lhe paralelepípedo funerário. Com efeito, a sua posição deveria de ter sido a vertical, no sentido da sua maior dimensão, mas ignoramos em que espécie de monumento funerário esteve inserto. Uma estela sugere um paralelepípedo pouco espesso, no qual a espessura seja inferior ao comprimento da face principal. Neste caso a espessura (0,26 m) ultrapassa em 0,045 m a metade do comprimento da face principal que é de 0,41 m. Para, sem hesitação, classificarmos esta peça como cipo, teria de a sua espessura ser praticamente igual ao comprimento da face principal, o que não é o caso, pois há a significativa diferença de 0,15 m. Deverá, portanto, ficar claro que a designação por nós optada corresponde a uma situação de compromisso.

O contributo deste cipo romano para o estudo da epigrafia romana de Olisipo não fica por aqui e nós retomá-lo-emos na parte final do nosso trabalho.

2) *Fragmento de Inscrição Funerária
sem indicação do nome do defunto*

Morfologia

Fragmento de mármore branco de grão muito fino com restos de inscrição e conservando as margens laterais originais e uns restos de moldura saliente na aresta inferior.

Dimensões:

comprimento máximo: 0,23 m

altura máxima: 0,08 m

largura: impossível
de determinar

Localização

Castelo de S. Jorge. Encontra-se metido numa parede, do lado esquerdo, da entrada virada a Oeste, há pouco praticada para permitir o acesso ao restaurante recentemente instalado num edifício vulgarmente designado por «Cisterna» e contíguo ao conjunto das «Prisões». A Norte, imediatamente, fica a «Casa do Leão». Quando da recente reutilização deste fragmento (e certamente do seu insuspeitado achamento), foi quebrado em dois fragmentos colocados a par, mas com um acentuado desajuste entre os dois e de cabeça para baixo. Uma das signatárias (S.S.) deu pela sua existência em Julho de 1984. Encontra-se inédita.

Inscrição:

...PATRONO
PIENTISSIMO

A linha incompleta mostra quatro arranques das hastes inferiores de três ou quatro letras, difíceis de reconstituir. As letras regularmente abertas e dispostas com certa elegância têm de altura 0,025 m ou 0,02 m. Os OO têm 2 cm de altura por 0,015 m de largura, sendo mais pequenos que as outras letras. Os MM e NN têm uma pequena aresta nos cantos superiores. Notam-se os pontos







auxiliares da gravação. O tipo de letra, muito regular, pode-se incluir nas capitais rústicas e é situável nos finais do Séc. II ou princípios do Séc. III.

Dentro de uma tradição já registada na epigrafia olisiponense, a inscrição poderá ter um carácter funerário e fez parte de um monumento sepulcral erigido por um ou mais libertos ao seu antigo senhor dada a tradução da parte ainda legível: ... (ao seu) patrono pietíssimo. O substantivo e o adjectivo encontram-se em Dativo.

A existência de um resto de moldura na parte inferior deixou-nos intrigadas quanto ao tipo de suporte desta inscrição. Um exame cuidadoso da parede onde foi metido permitiu-nos verificar a existência de fragmentos da mesma qualidade de mármore reutilizados a pouca distância e ainda na face Oeste da parede. Um destes últimos mostra um boleado muito acentuado ligado a um corpo recto, sugerindo a silhueta de um cipo moldurado, de pequenas dimensões, dado o comprimento da face principal ser de 23 cm. Todos estes fragmentos estão metidos em argamassa de cimento.

3) Lápide Funerária de Publius Attius Ionicus

Morfologia

Placa de calcário branco e rosado da região de Lisboa (Montelavar), apresentando na face principal uma inscrição em quatro linhas algo regularmente dispostas. Não apresenta qualquer molduração.

Dimensões:

comprimento: 0,365 m (mínimo)
0,377 m (máximo)
largura (espessura): 0,058 m
altura: 0,288 m

Localização

Foi encontrada entre entulhos na Rua Marquês de Ponte de Lima, junto à Igreja de S. Lourenço. Encontra-se depositada na Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos, sediada no Palácio da Rosa.

Inscrição:

D M
P ATTIVS
IONICVS
H S E

Leitura: D(iis) M(anibus) (Sacrum), P(ublius) Attius Ionicus H(ic) S(itus) E(st).

Tradução: Dedicado aos Deuses Manes. Públio Átio Jónico está aqui sepultado.

A inscrição é, de facto, muito simples. Começa pela dedicatória aos Deuses Manes; a segunda linha contém o «praenomen» e o «nomen gentile» do defuncto; a terceira contém o «cognomen», isolado, de modo a concentrar em si toda a importância dessa linha; finalmente, a quarta linha contém a indicação habitual de que o local assinalado pela placa era a sua sepultura. Estão ausentes a indicação da idade, de tribo, etc.

O falecido que a inscrição celebra tem «tria nomina» que indicam a sua condição de modesto homem livre, nem servo

Lápide n.º 2.

Este fragmento encontra-se metido na parede de cabeça para baixo.

Nós colocámo-lo na sua verdadeira posição para facilitar a leitura.

(Fotografia de F. Gonçalves)

nem liberto, porém, com uma origem servil a ensombrar a sua ascendência. Do antigo patrono romano manteve-se o Publius Attius ao qual se acrescentou o «cognomen» indicativo da origem geográfica e étnica do falecido: Ionicus, ou o Jónico, o natural da Jónia.

Procurámos inscrições em que este nome figurasse. Hübner (¹⁰) regista 28 casos aos quais teremos de acrescentar a inscrição n.º 165, incompleta, que D. Fernando de Almeida refere (¹¹), em que figura uma ATTIA VRANIA, mas em relação à qual se não acrescentou qualquer comentário para além da indicação da localização aproximada e da natureza da pedra. Encontramos em Hübner duas situações distintas para a utilização deste nome: aquele em que ele se situa correctamente como «nomen gentile», a outra em que funciona como um «praenomen», em ambos os casos designando indivíduos de sexo masculino. Attius é considerado por Hübner e outros autores como uma variante de Atius e é à Gens Atia que pertencia a mãe do Imperador Augusto. Parece-nos excessivo conotar Attius com qualquer substracto pré-romano da Península tendo em conta não só a existência duma Gens Atia na Roma republicana como o facto de quão frequentemente figurar como gentílico após um «praenomen» tipicamente romano.

É esta a primeira vez que o «cognomen» IONICVS se regista numa inscrição de Olisipo e cremos que, até este momento, se não registara ainda em Portugal. É um novo elemento a juntar aos «cognomina» de tantos libertos e cidadãos de origem servil que fizeram parte da modesta e laboriosa população de origem levantina da velha Olisipo.

Já descrevemos sumariamente esta lápide, mas certos pormenores merecem referência para completamento da sua imagem. Conforme dissemos, a inscrição abre-se numa face alisada e plana, sem molduração ou remate de qualquer espécie, apresentando fracturas no lado e canto inferior esquerdos e também outros pequenos estragos recentes na aresta inferior e no canto superior direito. As faces laterais da placa assim como os topos inferior e superior apresentam um alisamento deliberadamente executado ao longo de uma faixa de 0,02 m, a partir da qual a superfície se mostra menos cuidada e mais rugosa, até atingir o reverso da placa onde existem entalhes ondulantes intencionais. Curiosamente, na face esquerda, a placa apresenta um alvéolo de secção rectangular de 0,035 m de profundidade. As dimensões da boca são de 0,05 m x 0,017 m e a cavidade lembra a forma de pirâmide truncada e invertida, abrindo a meio da referida face.

A placa sofreu também um desbaste

Uma última vista da inscrição apresentada em primeiro lugar. Como se pode constatar, a semelhança deste grande bloco com o que lhe fica imediatamente contíguo é flagrante. A banqueta que os antecede parcialmente corresponde a um arranjo recente

Lápide n.º 3. Embora aberta com alguma irregularidade esta inscrição não é destituída de elegância para o que contribui o emprego de letra inspirada pelas capitais actúarias com a sua silhueta ondulante



antigo que reduziu em cerca de 0,03 m as dimensões da face posterior. Admitindo que todo este desbaste, as rugosidades do reverso e o alvéolo são antigos como parecem e contemporâneos entre si, então teremos que concluir que a placa se destinava a ser fixada de forma permanente e em posição que quer o reverso quer as faces laterais se não destinavam a ser vistas pelo observador. Com efeito, tornam-se cada vez mais pertinentes as observações feitas por José Cardim Ribeiro no seu trabalho «Três Novos Monumentos Epigráficos da Época Romana pertencentes à Zona Oeste do Município Olisiponense» e afirma-se-nos urgente o reexame da maior parte do material epigráfico português, nomeadamente das placas tão vulgarmente designadas por «tampas de columbário», «tampas de urna cinerária», etc.

Conforme dissemos, a inscrição corre em quatro linhas com letras que registam pequenas diferenças de altura: 1.ª linha, letras de 0,035 m, faixa de separação de 0,018 m; 2.ª linha, 0,033 m, com faixa de 0,01 m; 3.ª linha, variação entre 0,03 e 0,033 m, faixa começando em 0,017 e terminando em 0,01 m; 4.ª linha, 0,03 cm. A letra usada inspira-se na capital actuarial com os traços dos AA, VV, M e N levemente côncavos, os topos do M muito puxados à esquerda e a barra superior dos TT gravada como se fosse um til. O O embora não completamente esférico apresenta uma pequena diferença entre os eixos maior e menor. O C tem também uma curva generosa. O A apresenta uma diminuta barra puxada para cima. Os únicos pontos utilizados seguem o D e o M e apresentam a tradicional forma triangular. Tudo isto nos leva a colocar esta inscrição no Séc. III d.C.

Há ainda uma última informação a fornecer sobre esta peça: a do seu achamento. Quando se realizaram profundas obras de remodelação dos pavimentos da Rua das Farinhas, Largo da Rosa e troço inicial da Rua Marquês de Ponte de Lima, encontrava-se, um dia, uma camioneta carregando entulhos presumivelmente desenterrados no local. Um morador da Rua das Farinhas, ao passar, apercebeu-se que uma das pedras tinha letras e pediu aos operários que lhe dessem, o que, de facto aconteceu. Este morador procurou uma das signatárias (S. da Veiga Ferreira) a quem ofereceu a lápide e ela, por seu turno, depositou-a na Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos onde se encontra ainda.

Atrás do sr. Dr. Francisco Santana fornecemos ao sr. Dr. José Cardim Ribeiro o «cognomen» que figura nesta inscrição e mais algumas características da mesma com destino a um trabalho que estaria a fazer em 1984.

III – CONCLUSÃO

Os três casos estudados neste trabalho documentam plenamente que a história de Lisboa/Olísipo está em constante mutação. Não defendemos qualquer teoria que nos leve a admitir que a inscrição n.º 3 faria parte de um cemitério romano situado na encosta da colina do Castelo virada a Ocidente, embora a hipótese seja muito sedutora. Mas as condições do seu achamento são por demais incertas e no subsolo da zona que circunda o Palácio da Rosa o remeximento de entulhos deve ter sido de todas as épocas, sobretudo se tivermos em atenção a data da fundação da Igreja de S. Lourenço⁽¹⁷⁾, o nascimento do convento da Rosa⁽¹⁸⁾, e as grandes destruições do Terramoto de 1755.

A lápide n.º 2 deveria alertar todos nós para o facto de que o Castelo de S. Jorge, apesar das «muitas e desvalorizadas» obras, pode ainda conter materiais importantes. Não queremos deixar de exprimir aqui a nossa gratidão ao Sr. Arq.º Eduardo Martins Bairrada pela informação preciosa de que as pedras utilizadas no arranjo da entrada Oeste da «Cisterna» eram provenientes de entulhos encontrados no próprio local.

Quanto à pedra n.º 1, ela ainda tem que contar. Ao examinarmos o local da sua actual implantação, verificámos que as suas semelhanças com a grande pedra sua vizinha eram flagrantíssimas. O outro bloco, também delatado ao longo do seu eixo maior apresenta ao espectador uma face anepigráfica. Tem as seguintes dimensões: Comprimento 0,41 m; altura 0,91 m. A natureza da pedra é a mesma. A inscrição n.º 1 e o bloco seu vizinho assentam, por seu turno, parcialmente sobre uma outra «irmã». Com efeito, sobressaindo do solo, cujo arranjo é nosso contemporâneo, cerca de 0,05 m, estende-se mais um bloco de 0,88 m. A utilização deste material romano neste particular troço das velhas muralhas defensivas de Lisboa não nos surpreende. O que é, de facto, fascinante é a hipótese viável de estes dois outros blocos corresponderem a outros tantos «cipos funerários», cujas faces inscritas ficaram fora do alcance da curiosidade daqueles que como nós acreditam que vale ainda a pena embarcar na aventura dum «peregrinação» em Lisboa.

NOTAS

- ¹ «Epigrafia de Olísipo», pág. 105
- ² «Lisboa Antiga – Bairros Orientais», pág. 126
- ³ «O Castelo de S. Jorge em Lisboa», pág. 102.
- ⁴ C.I.L., Vol. II, pág. 29
- ⁵ Op. cit. item.
- ⁶ Op. cit. item.
- ⁷ Op. cit. item.

⁸ Esta que face corresponde ao antigo topo do cipo mostra algum desbaste e rugosidades intencionais que cremos estar relacionadas com a sua reutilização ou quando a porta foi aberta, e destinavam-se a aumentar a adesão da argamassa intermédia.

- ¹¹ Op. cit. pág. 717.
- ¹² «Egítia», pág. 163.
- ¹³ «Peregrinações» em Lisboa, Vol. III, pág. 64.
- ¹⁴ Op. cit. págs. 63 e 64.

BIBLIOGRAFIA

- ¹¹ Almeida, D. Fernando de — «Egítia — História e Arqueologia». Faculdade de Letras de Lisboa, 1956
- ¹² Almeida, D. Fernando de — «Mais uma «Flamínica» na bacia do Sado» in «Revista de Guimarães», Vol. LXXX, n.º 3-4, 1970
- ¹³ Almeida, Justino Mendes de — «Nótulas de Epigrafia Latina», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXVII, n.º 3-4, 1962
- ¹⁴ Almeida, «Revista de Guimarães», e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXV, n.º 1-4, 1965.
- ¹⁵ Almeida, Justino Mendes de — e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXVI, n.º 1-2, 1966.
- ¹⁶ Almeida, Justino Mendes de — e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXVI, n.º 1-2, 1966.
- ¹⁷ Almeida, Justino Mendes de — e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXVII, 1-2, 1967.
- ¹⁸ Almeida, Justino Mendes de — e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXIX, n.º 1-2, 1969.
- ¹⁹ Almeida, Justino Mendes de — e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXIX, n.º 3-4, 1969.
- ²⁰ Encarnação, José d' — «Lápidas e Divindades indígenas no Museu de Guimarães», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXX, n.º 3-4, 1970.
- ²¹ Mantas, Vasco Gil da Cruz Soares — «Notas de Três Inscrições de Olísipo», in «Comimbriga», Vol. XV, 1976.
- ²² Moita, Inês da Nóbrega — «Achados da Época Romana no Subsolo de Lisboa», in «Revista Municipal», ed. C.M. Lisboa, Ano XXIX, n.º 116/117, 1968.
- ²³ Castilho, Júlio de — «Lisboa Antiga — Bairros Orientais», — edição da Câmara Municipal de Lisboa, 2.ª edição, I Vol., 1939.
- ²⁴ Cagnat, René — «Cours d'Épigraphie Latine», 2.ª édition, E. Thorin, éditeur, Paris 19...
- ²⁵ Hübnér, Aemilius — «Corpus Inscriptionem Latinarum», Vol. II, Berlin, 1869.
- ²⁶ Ribeiro, José Cardim — «Três Novos Monumentos Epigráficos da época Romana pertencentes à Zona Oeste do Município Olisiponense», «O Arqueólogo Português», III série, Vol. VII-IX, Lisboa 1974/1977.
- ²⁷ Ribeiro, José Cardim — «Duas Inscrições Romanas conservadas no Gabinete de Numismática e Antiguidades da Biblioteca Nacional de Lisboa», in «O Arqueólogo Português», III série, Vol. VII-IX, Lisboa, 1974-1979.
- ²⁸ Silva, A. Vieira da — «Algumas Descobertas no Castelo de S. Jorge», in «Olísipo» (boletim do Grupo Amigos de Lisboa), n.º 10, Ano III, Abril 1940.
- ²⁹ Silva, A. Vieira da — «Epigrafia de Olísipo» — edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1944.
- ³⁰ Silva, A. Vieira da — «Mais Descobertas no Castelo de S. Jorge», in «Olísipo» (boletim do Grupo Amigos de Lisboa), n.º 11, Ano III, Junho, 1940.
- ³¹ A. Vieira da — «O Castelo de S. Jorge em Lisboa», Empresa Nacional de Publicidade, 2.ª edição, 1937.
- ³² Araújo, Norberto de — «Peregrinações em Lisboa», Tomo III, Ed. Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1940.



EXISTIU EM LISBOA UM PROBLEMA MOAGEIRO?

FERNANDO CASTELO-BRANCO

Uma das bases da alimentação humana encontra-se nas farinhas, com as quais se fabrica pão, papas e massas diversas. Para obter essas farinhas, são indispensáveis, como se sabe, cereais e engenhos de moenda que reduzem os grãos a pó.

Lisboa, como não podia deixar de ser, necessitou sempre, através dos tempos, de obter essas farinhas, e as dificuldades encontradas para suprir essa necessidade, os meios utilizados para as ultrapassar, constituem o seu problema moageiro. Trata-se de um problema de grande amplitude, de enorme complexidade.

Com este breve estudo procuramos chamar a atenção para alguns aspectos, curiosos e importantes, desse problema.

Em redor da Lisboa de outrora, tão diminuta na sua área, existiam moinhos de vento. Já um poeta luso-muçulmano do séc. XI cantou os moinhos de vento de Alcabideche⁽¹⁾.

E é evidente que engenhos semelhantes deviam existir em redor da cidade, em lugares mais próximos ou mais arredios das suas muralhas. A panorâmica de Braunio, representando Lisboa nos fins do século XVI, mostra-nos dois moinhos, acima de S. Roque. A toponímia parece ter assinalado até época recente esses moinhos, porquanto a actual rua de D. Pedro V se denominou anteriormente do Moinho de Vento⁽²⁾.

Na colina oposta, no Campo de Santana, documenta-se a presença de moinhos de vento também no final desse século, mas um pouco mais tardiamente, pois num processo inquisitorial de 1594 se refere o flamengo Jacques António, «morador no Campo de Santana, defronte dos moinhos de vento»⁽³⁾.

Haveria muitos moinhos de vento em redor da Lisboa quinhentista?

Santos Simões escreveu: «Sabemos que já naquela época (1572) e positivamente desde o princípio do século XVII abundavam na região lisboeta os moinhos de vento»⁽⁴⁾. E se eles eram necessários para moer os cereais e a região oferecia possibilidades para existirem e funcionarem, e se só dentro do perímetro da circunvalação trabalhavam não menos de 100 moinhos em 1834⁽⁵⁾, parece podermos concluir que provavelmente nos arredores da Lisboa quinhentista existiam também numerosos moinhos de vento.

E azenhas? Diz-nos ainda Santos Simões que em 1834 havia, a juntar aos moinhos de vento referidos, 25 azenhas. Pelo motivo atrás apresentado, concluímos que também deveriam existir azenhas nos fins de quinhentos, na mesma área⁽⁶⁾.

O Prof. Armando Castro refere mais de uma dezena de moinhos hidráulicos na zona dos arredores de Lisboa no séc. XIII⁽⁷⁾.

Há notícia de uma azenha em Algés, decerto na ribeira com a mesma deno-

A margem norte do Tejo entre Santo Amaro e Belém, uma panorâmica setecentista, anterior ao Terramoto de 1755. O recortado da margem, a sua feição plana, permitiam a construção de moinhos de maré. O documento de 1405 refere o projecto de se edificarem nessa zona moinhos de maré



Na panorâmica setecentista de Lisboa em azulejos, anteriores ao terramoto de 1755, está representado o moinho de maré de Alcântara. À direita vêm dois animais de carga, talvez burros, que transportam o cereal para o moinho. Também à direita, acima, a ponte de Alcântara

Entre a Torre de Belém e a colina do Convento de S. José de Ribamar, na panorâmica setecentista de Lisboa em azulejo, anterior ao terramoto, aparece-nos a ribeira e a ponte de Algés. Todas estas representações são pouco fiéis, embora surjam pormenores correctos





minação. Em 1468, assinala-se que só moía no inverno e pagava de foro 10 alqueires de pão meado⁽⁸⁾. Em 1496, o detentor de uma azenha em Algés, provavelmente a mesma, queixava-se do seu pouco rendimento⁽⁹⁾. Continuariam esta ou estas azenhas a funcionar decorrido um século?

Um moinho de maré existia muito provavelmente na foz da ribeira de Alcântara no final de quinhentos. Em 1405, documenta-se o «aforamento das azenhas so a ponte dalcantara que ora som dessibadas [no] termo da dita cidade com seu esteiro que uay da ponte dalcantara atae o mar»⁽¹⁰⁾.

Nesta mesma situação se encontra um moinho de maré representado em iconografia do século XVII e XVIII assim como numa planta setecentista. Deve pois ser o mesmo que se encontrava derrubado em 1405 e é portanto admissível que estivesse em funcionamento nos fins do século XVI.

Mas o documento de 1405 dava direito a construir mais moinhos entre Al-

cântara e o Restelo, que pela sua situação deveriam também ser de maré, pois o «aforamento das azenhas» compreendia «todas suas prayas que uao (desde Alcântara) contra restello o uelho o que pertencer pera fazer moendas (...) e pera uos Joham dobidos fazerdes azenhas ou moynhos com suas casas»⁽¹¹⁾.

Todavia, seguramente que uma parte das farinhas que Lisboa consumia vinham de moinhos de maré da margem sul do Tejo, fronteira a Lisboa, da denominada Outra Banda.

O Prof. António de Oliveira documenta a existência, em 1386, de um moinho de maré na Quinta da Lançada, no actual Montijo⁽¹²⁾. Em 1405 foi concedida autorização para se levantarem «húas moendas de pam no esteiro de Alançada que he a par à Aldeia Galega de Ribatejo»⁽¹³⁾. E em 1409 foi concedida autorização para se «fazer no rio da Lançada e em outros rios de Ribatejo onde a maree cresce e mingoa azenhas de moer pam».

O moinho de Santana na Serra de Monsanto foi edificado para as Freiras do Convento do Bom Sucesso, antes de 1762. Foi adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa em 1942 e reconstruído em 1965 sob a orientação da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos. Junto dele foi colocada uma mó, cujas inscrições narram a história desse moinho

Em recente e curioso estudo, António Nabais dá conta da existência de diversos moinhos de maré, nesta mesma zona, no século XV e no início da centúria seguinte⁽¹⁵⁾.

Gaspar Frutuoso, reportando-se possivelmente à penúltima década do século XVI, escreveu nas *Saudades da Terra*: «A afamada vila de Almada, da qual até Aldeia Galega (Montijo), que atrás fica, há seis léguas, em que haverá perto de sessenta moendas que moem de maré»⁽¹⁶⁾. Tão elevado número de moinhos de maré poderá surpreender, mas o aspecto recortado da margem meridional do Tejo entre Cacilhas e o Montijo permitiria instalar aí bastantes moinhos. No entanto, talvez as 60 moendas signifiquem outros tantos engenhos de moer e não 60 moinhos, pois um moinho podia ter e tem em muitos casos mais do que um engenho de moagem.

Cerca de 60 moendas de maré na *Outra Banda*, só se justificavam para abastecerem Lisboa de farinhas e não para os povoados dessa zona. Virem farinhas para suprir as carências de Lisboa nos fins do séc. XVI desde a margem sul, do fundo de seus esteios, com os riscos inerentes ao embarque, desembarque e travessia fluvial, não significará que na margem norte, em Lisboa e arredores, não se conseguiram moer as farinhas necessárias para abastecer Lisboa e portanto que havia um problema moageiro, que se atenuava com os moinhos de maré da *Outra Banda*? É uma pergunta que se pode pôr.

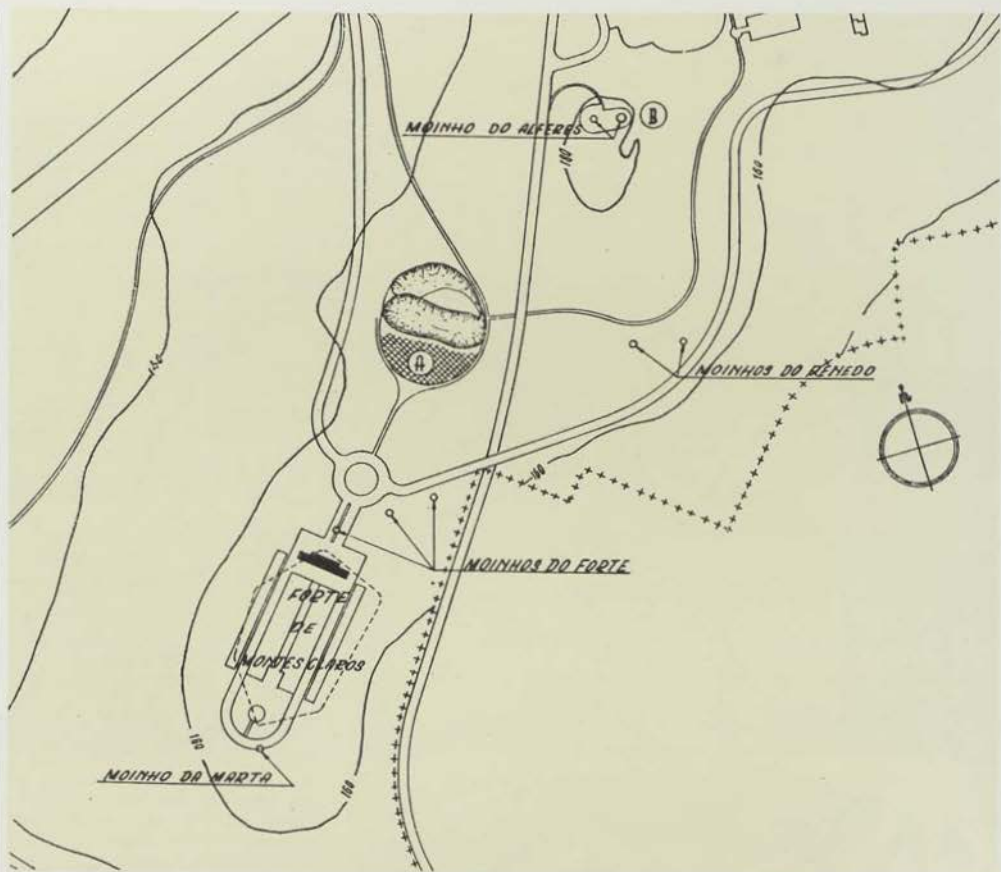
Mas onde o problema moageiro surge de forma mais aguda é noutro aspecto do abastecimento de Lisboa no século XVI.

Segundo o Prof. Oliveira Marques, em estudo fundamental sobre a questão cerealífera, «*O Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*»⁽¹⁷⁾ elucida-nos um pouco sobre o papel desempenhado pelas atafonas no sistema moageiro do País. Em 1552 existiam em Lisboa 400 casas, possuindo 800 atafonas, a duas por casa. Cada atafona moía, em média, 12 alqueires de pão diariamente (180 Kg). Ao todo, calculava João Brandão em 44 560 moios o trigo que na cidade se moía todos os anos através das atafonas⁽¹⁸⁾. Visto que a totalidade da farinha produzida em Lisboa era de 44 560 moios, segue-se que as atafonas do-



Uma azenha dos arredores de Lisboa, na zona de Paço de Arcos, em plena laboração

O Moinho do Alferes, que figura na planta da zona de Montes Claros, foi restaurado quando das obras para criação do Parque Florestal de Monsanto



Numa carta recente da zona de Montes Claros, na Serra de Monsanto, encontram-se representados oito moinhos de vento. O terreno onde outrora existiu o forte de Montes Claros, e se situa hoje o mirante do mesmo nome, tinha a sul o Moinho da Marta e a norte os três Moinhos do Forte



A margem sul do Tejo, entre as pontas de Cacilhas e do Montijo, muito recortada e com diversas e profundas reentrâncias, permitia — e permitiu — a construção de numerosos molinos de maré

mésticas entravam na indústria moageira com mais de 80% da produção. Muitos desses engenhos eram movidos por força animal»⁽¹⁸⁾.

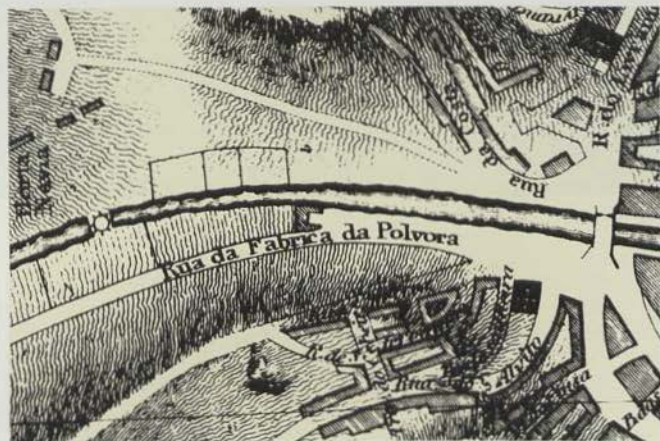
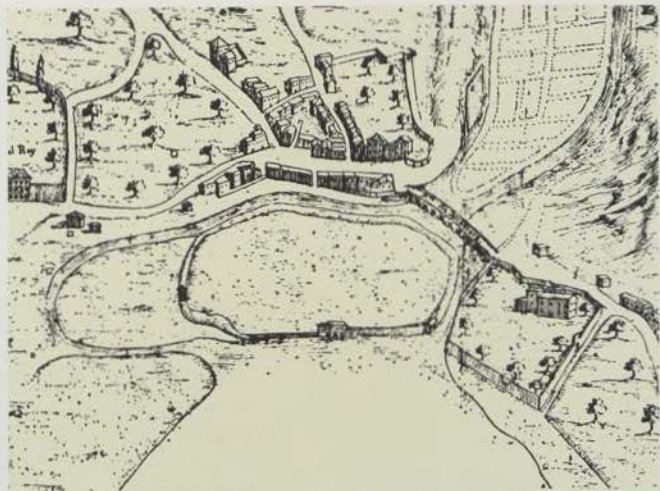
Temos, pois, que 80% das farinhas produzidas em Lisboa provinham de atafonas. Recorrer-se em Lisboa em tão grande escala às atafonas, não será o resultado de um problema moageiro? A atafona, movida por animais de tracção, não implica um maior dispêndio na moagem do que os engenhos movidos pela força do vento ou da queda da água?

Não apenas é lógico que assim sucedesse, mas há circunstâncias e documentação que o indicam. Por carta régia de 3 de Março de 1452 determinava-se: «consirando nos... o gram dano e perda que a dicta cidade recebe continoadamente pellas muitas atafonas e açaquães que em ella ha... e por causa das ditas... muitas bestas som danadas e trazidas a perdiçom... e ainda... som postas em mayor valia do que seriom, se as ditas atafonas açaquães hi nom ouvesse; E bem asi os mantimentos de que as bestas das atafonas e açaquães som mantehudas, som por ello postos em grande carestia; E por ázo dellas os azames que som necesarios pera serventia dos cavaleiros e honrrados cidadãos... e dos outros grandes que... veem a ella nom se podem hi aver sem grande dificuldade... que... ante que as dita atafonas e açaquães hi ouvesse... sem... trabalho se podiam achar. Pidindonos... que ouvessemos por bem esguardar tanto dano e perda... e nos visto seu requerimento (...) mandamos (...) daquy em diante... nenhum... passado o dito tempo tenha en a dita cidade e seu termo atafona alguma»⁽¹⁹⁾.

Decorridos apenas dois anos, esta disposição era revogada:

«Mas as desvantagens provenientes desta determinação cedo se manifestaram. Os mesmos que a tinham requerido, pediram ao monarca, em 1454, que a revogasse.

Havia *mjnguoa* de moendas, e o preço da moagem tinha subido consideravelmente, o que, por consequência, se reflectia na quantidade, qualidade e preço do pão, ficando a cidade *carecida do que abastada ssoya de sser*, e prejudicando não só os seus moradores e vizinhos, como também os *muitos naujos e Jentes estrangeiras que sobre veem aa dicta çidade E as armadas que*

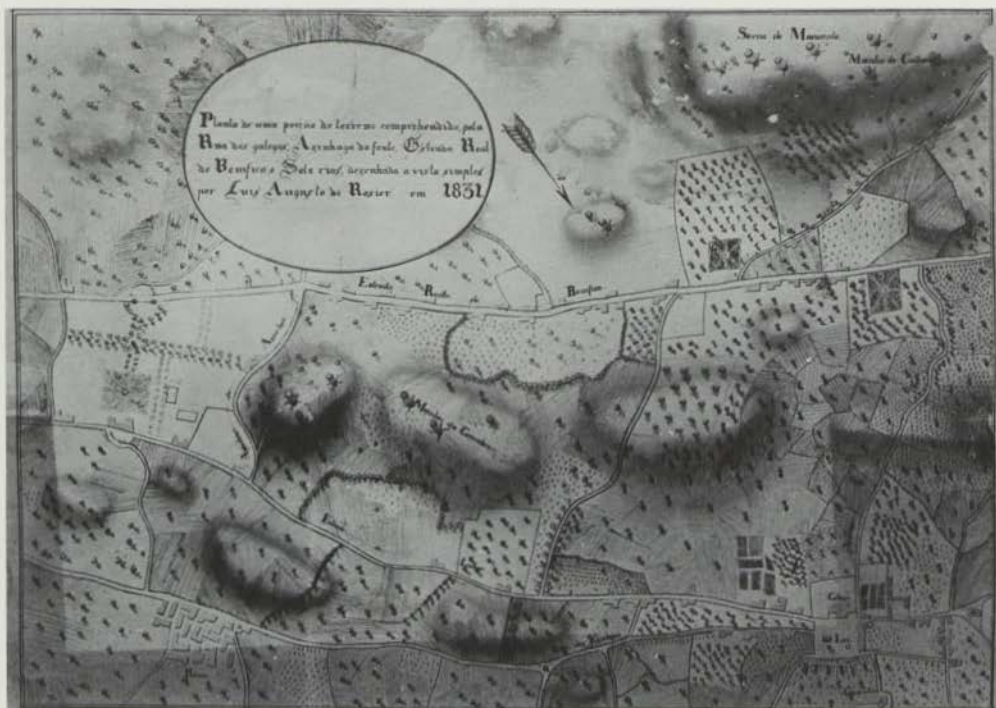


Representação seiscentista do moinho de maré de Alcântara.

A norte da caldeira está a ponte de Alcântara.
À esquerda vê-se parte do Palácio de Alcântara

Pormenor do Mapa da Cidade de Lisboa e de Belém em 1812.
Representa a ribeira de Alcântara, a norte da ponte.

A roda dentada indicará a existência de uma azenha nesse local da ribeira? 23



Nesta planta de 1831, de terrenos que vão desde o sopé da Serra de Monsanto até à estrada da Luz, encontram-se assinalados, apesar da exiguidade da área abrangida, nada menos de 14 moinhos de vento

se continuamente fazem em ella. Manda, pois, D. Afonso V que, sem embargo da defesa anteriormente estabelecida, os que em a dicta çidade e seu termo quizeram teer atafonos que os possam liuremente teer, submetendo-os, contudo, a determinadas cláusulas. Assim, para sustento de cada besta que tivessem, seriam obrigados a se-mear um quartoiro de cevada por ano, sob pena de dois mil reais brancos, metade para as obras da cidade, e metade para quem os acusasse. Tabela-vam-se as moagens em três reais brancos por alqueire, durante o Verão (de 1 de Maio a 31 de Outubro), e em dois reais brancos e meio, nos seis restantes meses». (1).

E em 1462, em carta de 8 de Setembro, o Rei evocava a proibição e o seu revogamento: «fazemos saber que por alguns casos e requerimentos que nos foram factos... defendemos que em esta... çidade... nom ouvesse atafanas nem auguadeiros e depois per o seermos em conhecimento d[e] al-

guuns inconvenientes que se dello seguiam ao bom regimento da dicta çidade soltamos as dictas atafanas que as tenha a quem aprover de as ter»⁽²²⁾.

De notar ainda, porquanto nos parece ser também sinal da existência de uma problemática causada pelas atafanas, a circunstância, apontada pela Dr.^a D. Maria Teresa Campos Rodrigues, que tão competentemente estudou a administração municipal de Lisboa no século XV, de que «a legislação respeitante a esta indústria (a de moagem) incide, de uma maneira geral, sobre atafanas»⁽²³⁾.

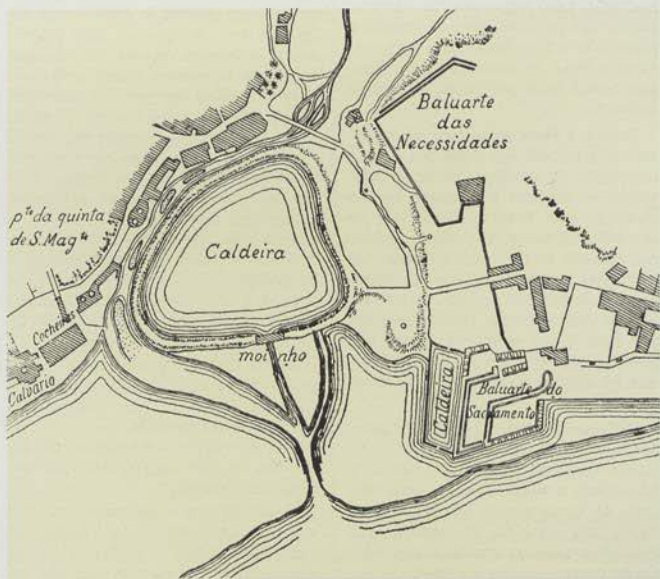
E que uma situação de carestia se tivesse verificado não apenas nos meados do século XV, pois nada tem de específica, mas noutras épocas, nomeadamente no século seguinte, parece-nos bem natural e provável, até porque, séculos decorridos, há notícia de uma situação semelhante.

De facto, em 1818, nos «Anais das Ciências, das Artes e das Letras», analisaram-se os problemas moageiros do país nas suas diversas facetas e, referindo-se as atafanas, acentua-se: «visto que exigiam a energia animal, encareciam as farinhas»⁽²⁴⁾. É assinalada, pois, para os inícios do séc. XIX, a mesma situação que se constatou para o século XV. Certamente se verificou noutros períodos, e, entre esses, os situados entre as duas centúrias em causa.

A situação referenciada para o século XVI ter-se-á mantido por quanto tempo? Os moinhos de maré da *Outra Banda* devem ter continuado a labutar, pois no *Caderno de Todos os Barcos do Tejo Tanto de Carga e Transporte como d'Pesca* por João de Souza, «Lente de Arquitectura Naval e Desenho da Companhia dos Guardas Marinhas», de 1785, do qual existe um exemplar no Gabinete de Estudos Oligosiponenses, assinala-se na folha 5, entre os vários tipos de barcos do Tejo, os «Barcos dos Moinhos», explicando-se: «Barques elles transportent des moulins de l'autre côte de l'eau, les farines pour la Ville». Haver um tipo de barco especial só para transportar, da *Outra Banda* para Lisboa, as farinhas produzidas nos moinhos da margem sul do Tejo, parece-nos indicar haver um tráfego considerável e portanto bastantes moinhos em laboração.

Todavia, o progresso técnico cria novas perspectivas e, ao mesmo tempo,

Portmomen da planta de Lisboa de 1727
vendo-se o moinho de maré
existente na foz da ribeira de Alcântara
e a respectiva caldeira, isto é, o depósito que se enchia
de água com a praia mar



põe novas questões. Numa destas perspectivas, parece-nos surgir, no início do século XIX, sinais de existir então, também um problema moageiro em Lisboa. Repare-se na informação seguinte, lavrada sobre um requerimento:

«Pretende Miguel Byrn e Abraham Wheethouse privilégio para um moinho da sua invenção com diversas outras graças e privilégios. Os suplicantes propõem-se a construir uns moinhos da sua invenção, que moam em todo vento por escasso que seja, requerendo por este novo invento: Primeiro o privilégio exclusivo para que por tempo de quatorze anos, ninguém mais os possa fabricar. Segundo licença para comprarem a bordo todo o trigo necessário para entreter a laboração dos seus moinhos. Terceiro que as porções de trigo vindas por sua conta, ou compradas por trespasso a bordo depois descarregadas com as formalidades da lei, lhes sejam despachadas entrada por saída, pagando logo a correspondente vendagem. Quarto que reduzido o trigo a farinha possa esta vender-se nos mesmos moinhos, nas casas dos suplicantes destinadas a este fim, e no Terreiro Público, assim como a cabecinha, rolão, sementes e farelos, tudo debaixo das vistorias e mais formalidades prescritas pelo Regimento do Terreiro. Quinta que os suplicantes se obrigam a moer todo o trigo necessário para municiar a tropa da guarnição de Lisboa, por menos trinta por cento da maquia ordinária.

Parece à Real Junta que os (suplicantes?) podem ser deferidos com a concessão do privilégio exclusivo pelo tempo de lei para a máquina da sua invenção cuja estampa deve ficar na secretária na forma do costume. E pelo que respeita ao mais que se pede, nas condições segunda até quinta, melhor se poderá conhecer o seu merecimento pela repartição do Terreiro Público, por dizer à sua economia. Vossa Magestade porém sobre tudo mandará o que for servido. Lisboa 14 de Outubro de 1816.

O Governo conforma-se com o parecer da Real Junta do Comércio e do Conde Inspector na sua informação e fez expedir o Aviso da cópia junta. Palácio do Governo em 19 de Abril de 1817. Esta consulta foi resolvida por Sua Magestade da maneira seguinte: Como parece quanto ao Privilégio so-

mente, e quanto ao mais não há que deferir. Palácio do Rio de Janeiro 29 de Outubro de 1817 — Joaquim Guilherme da Costa Posser»⁽²³⁾.

De notar que estes moinhos se ergueriam decerto na zona de Lisboa, pois assim o indicam as referências ao Terreiro Público e ao fornecimento de farinhas mais baratas às tropas da guarnição de Lisboa.

Pedir-se tanto só porque se inventara — ou se dizia ter inventado — um moinho que trabalhava com vento escasso, não indicará que havia insuficiência na produção de farinhas ou que seria de desejar que mais farinha fosse produzida nos moinhos de vento, por sair menos dispendiosa do que a produzida nas atafonas ou nos moinhos de maré da Outra Banda?

Ser uma das contrapartidas de tantas benesses moer todo o trigo necessário para a guarnição de Lisboa por menos 30%, não indicará que o alto custo das moagens tornava este desconto uma vantagem considerável para os orçamentos militares?

Nesta mesma altura, outro pedido de privilégio aparece, apresentado por Diogo Ratton:

«Diz Diogo Ratton, filho primogénito na casa e comércio de Jacome Ratton, que como tal se acha sendo proprietário de hum terreno e Praya junto ao Calvário a S. Amaro, no qual intenta realizar o projecto de seu dito Pay qual de edificar na referida Praya hums moinhos de fabricar farinhas por machinismos cujo impulso seja o vapor da água, que ao mesmo tempo o grão seja limpo, crivado e ventilado, antes de cair entre as mós; e que ao sahir dellas a farinha seja peneirada e suas qualidades separadas, tudo por mecanismos, e tudo cousas athe agora desconhecidas no Reino e aonde sua introdução será de grande utilidade pública, tanto na economia de braços como de suprir Lisboa p.^a tal operação as falhas de ventos e de águas nas azenhas»⁽²⁴⁾.

O final parece ser concluinte: o engenheiro visava suprir as falhas dos ventos e das águas na movimentação dos moinhos e das azenhas. Será que estas falhas criariam problemas na produção das farinhas necessárias à alimentação dos lisboetas?

Outro aspecto a assinalar: propõe-se, pois, em 1816 ou 1817, uma inovação tecnológica, o emprego de um novo engenho ainda não utilizado em

Portugal: a máquina a vapor. Idêntica proposta fizera Jácome Ratton antes de 1810, data em que foi preso, seguindo posteriormente o caminho do exílio⁽²⁵⁾, quando se prontificava a construir um moinho movido a vapor junto ao Mosteiro do Calvário, em Alcântara⁽²⁶⁾.

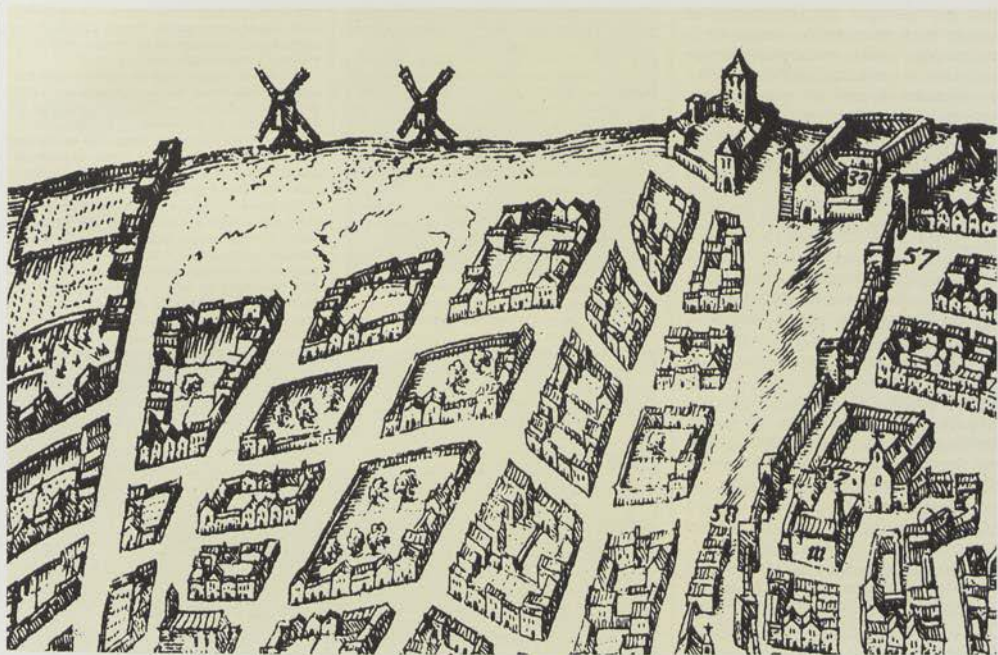
Podia-se ter pensado em aplicar essa nova invenção, a máquina a vapor, a barcos ou a qualquer outro ramo da indústria. Mas primeiramente parece ter havido a ideia de a aplicar em Lisboa e na moagem de cereais. Não indicará isto que havia um problema e premente problema moageiro em Lisboa nos inícios do século XIX?

Um relance sobre a situação moageira de Lisboa na segunda metade do século XVI e nos inícios de oitocentos, foi o que tentámos fazer neste breve estudo. Tentemos tirar algumas conclusões.

As farinhas que abasteciam Lisboa provinham de diversos engenhos de moagem. Os moinhos de vento e as azenhas estavam, no seu funcionamento, sujeitos a condicionamentos naturais insuperáveis: a falta de vento, as secas, as cheias. A sua produção era inconstante, sofria paragem com duração imprevisível e apresentava oscilações igualmente imprevisíveis. Resultaria daí, nas alturas de mais longa interrupção, falta de farinhas em Lisboa? É natural que assim acontecesse e Ratton diz-nos que projectara os moinhos movidos a vapor «para haver farinhas nas ocasiões em que sucede faltar o vento e a água nas azenhas»⁽²⁷⁾. Mas, essas faltas, como é inegável, verificaram-se em todos os tempos e sempre de forma variável, e imprevisível, senão grosseiramente calculadas o que tornava mais difícil tomarem-se, a tempo, as necessárias providências.

Houve necessidade de recorrer aos moinhos de maré da *Outra Banda* para suprir Lisboa das farinhas de que necessitava. Pela sua situação, por exigirem um transporte fluvial, carga e descarga nos cais do Tejo, não apresentariam certos inconvenientes?

Todos estes engenhos movidos por agentes naturais não chegavam, no século XVI e no início do século XIX, para abastecer Lisboa de farinha. Mais: sabe-se que eram largamente insuficientes. E decerto que essa insuficiência não se fez sentir só nessas alturas. Por isso recorreu-se em larga escala às atafonas. Mas estas encareciam os pre-



Este pormenor da panorâmica de Lisboa nos fins do séc. XVI, de Braunio, mostra os moinhos situados acima da igreja de S. Roque (n.º 32). Abaixo dos moinhos está representada parte do «Bairro Alto»

ços das farinhas. Tal verificou-se no século XV e no início do século XIX e decerto não apenas então. Muito provavelmente, e como não será difícil deduzir, também durante os tempos intermédios.

Supomos poder-se concluir que em dois períodos comprovadamente e decerto em diversos outros, senão de um modo geral, Lisboa sofreu de um problema moageiro, nos termos apresentados.

«País rural, com uma alimentação pobre à base essencialmente de broa e açorda, Portugal não lograva obter uma cultura cerealífera que bastasse para mitigar a fome ancestral das gentes»⁽²⁰⁾, afirmou o Prof. Joel Serrão. Deficiência de que Lisboa também sofreu as consequências⁽²¹⁾ e que o problema moageiro, o qual, pelo menos em diversas épocas se deve ter verificado, só agravava.⁽²²⁾

35, documento 35, publicado nos *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, 1958, vol. II, págs. 296-297.

⁽²¹⁾ Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV*, Lisboa, 1968, pág. 99.

⁽²²⁾ *Livro II dos Reis D. Duarte e D. Afonso V*, fol. 45, documento 45, publicado nos *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, vol. II, pág. 308.

⁽²³⁾ *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV*, pág. 98.

⁽²⁴⁾ Citado pelo Prof. Joel Serrão, *Temas Oitocentistas - Para a História de Portugal no Século Passado*, Lisboa, 1959, pág. 93.

⁽²⁵⁾ *Arquivo Nacional - Rio de Janeiro*, Conta 639 (anexo) Caixa 710, anteriormente na Caixa 787.

⁽²⁶⁾ *Ministério das Obras Públicas - Arquivo Histórico*, Junta do Comércio, Pacote 9, Maço D.

⁽²⁷⁾ Nuno Daupias d'Alcochete, *Lettres Familières de Jacques Ratton*, in *Bulletin des Etudes Portugaises*, Nova série, 1961, Tomo XXIII, pág. 145.

⁽²⁸⁾ *Recordações de Jacques Ratton*, 2.^a ed., pág. 63, § 226.

⁽²⁹⁾ *Idem*, pág. 63, § 226.

⁽³⁰⁾ *Temas Oitocentistas*, pág. 81.

⁽³¹⁾ Crises cerealíferas sofridas pela cidade de Lisboa em diversas alturas, encontram-se referidas, por exemplo, nos nossos estudos *Lisboa Seiscen-*

tista, 3.^a edição, págs. 133 e segs. e *O Abastecimento de Lisboa com trigo dos Açores: Repercussões neste Arquipélago*, separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, 1983.

⁽³²⁾ Não foi seguramente um problema afectando apenas Lisboa. Devia ser um problema muito mais generalizado. O Prof. Joel Serrão, sumariando em valioso estudo, um documento do Arquivo do Ministério das Obras Públicas, de 1806, onde se encontra uma informação de Vandelli e Ratton, diz-nos afirmar-se aí que os moinhos dos arredores do Porto «além de distarem da cidade, eram imperfeitos (não moíam trigos d'urózios), e não bastavam as necessidades locais» (*Temas Oitocentistas*, pág. 94). E, em estudo da nossa autoria, publicado há mais de duas décadas, escrevemos: «A situação é estranha, surpreendente, e apenas explicável pela circunstância de a capacidade de rendimento das azenhas e dos moinhos de maré e de vento, de certo numerosos na zona de Setúbal, não ser suficiente para fazer face às necessidades da sua população (...). Os moinhos de maré de Tróia serão talvez, pois, um indicio de que, nos séculos XVI e XVII, pelo menos nessa região, havia dificuldade em conseguir efectuar a moagem dos cereais, porque a capacidade de produção dos moinhos e azenhas era inferior às necessidades de consumo» (*Os Moinhos na Economia Portuguesa*, Coimbra, 1961, págs. 12-13. Separata do tomo VIII da *Revista Portuguesa de História*).

(1) Fausto do Amaral Figueiredo, *Aber Zaide Ibne Mucana* in 'Cascais e seus lugares', n.º 20, pág. 17.

(2) Luís Pastor de Macedo, *Lisboa de Lés-a-Lés*, 2.^a ed., Lisboa, 1962, vol. III, pág. 270. O Moinho de Vento surge diversas vezes em *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz: Por ex.: «... o conselheiro Acácio, muito abafado, descia o Moinho de Vento, quando encontrou Julião, que vinha de ver um doente na Rua da Rosa», Cap. XVI, início.

(3) António Baião, *A Inquisição em Portugal e no Brasil* in 'Arquivo Histórico Português', 1910, vol. VIII, pág. 53.

(4) *Moinhos de Vento de Lisboa*, in 'Revista Municipal' 1965, n.º 106-107, pág. 91.

(5) *Idem*, pág. 88.

(6) *Idem*, pág. 88.

(7) *A Evolução Económica em Portugal dos séculos XII a XV*, Lisboa, 1965, vol. III, págs. 352-353, mapa 1.

(8) Maria Olímpia Rocha Gil, *Engenhos de moagem no século XVI* in 'Do Tempo e da História', Lisboa, 1965, vol. I, pág. 170.

(9) *Idem, ibid.*, pág. 167.

(10) João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1944, Suplemento doc. 622, pág. 452.

(11) *Idem*, doc. 622, pág. 452.

(12) *Um Moinho de Maré em Aldeia Galega do Ribatejo no século XVI*, Coimbra, 1967, pág. 8.

(13) *Idem*, pág. 8, nota 14.

(14) *Idem*, pág. 9, nota 14.

(15) *A Margem Sul do Estuário do Tejo durante a Expansão Portuguesa*, in 'Almada' de Novembro de 1983/Maio de 1984, n.º 2, págs. 53 e 54.

(16) Livro IV, cap. 37 § 2, na edição de 1924, vol. I, pág. 244.

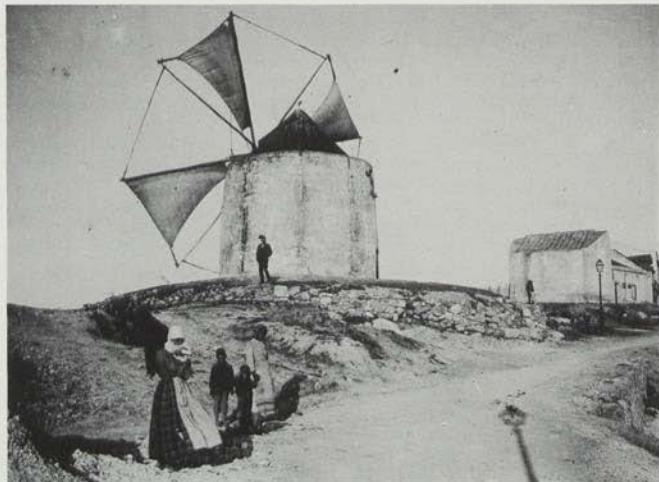
(17) Também conhecido por *Estatística de Lisboa em 1552*. Publicado em Lisboa, em 1923.

(18) Págs. 6 e 71 (nota do Prof. O. Marques).

(19) *Introdução à História da Agricultura em Portugal - A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3.^a ed., Lisboa, 1978, pág. 191.

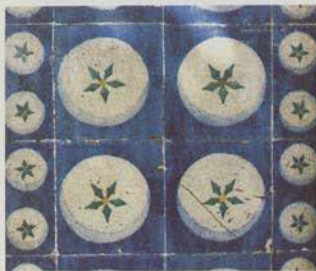
(20) Livro II dos Reis D. Duarte e D. Afonso V, fol.

Uma fotografia antiga mostra-nos um dos muitos moinhos de vento existentes na área da cidade de Lisboa



AZULEJOS DE FACHADA EM LISBOA

-V

d) BREVE ANÁLISE
DOS PADRÕES (cont.)Azulejos estampilhados
Av. 24 de Julho, 52
Fig. 47 a e b

Como já foi dito, existem fachadas em que cada azulejo contém em si próprio um padrão completo, comportando-se de forma autónoma em relação aos restantes. Os desenhos são algumas vezes composições geométricas, outras vezes representam estilizações de motivos fitomórficos. Mais raramente, reproduzem figuras humanas, plantas ou animais e nestes casos é difícil não os ligar à tradição dos azulejos de figura avulsa do século XVIII, embora as técnicas de fabrico, o tipo de desenho e as cores utilizadas sejam bastante diferentes. (Fig. 47 a e b, 48 e 49)

Os azulejos de fachada em que foi empregue a técnica da estampagem são sempre monocromáticos e as cores utilizadas, para além do branco, são as seguintes: azul, verde, castanho, amarelo e, excepcionalmente, cor-de-rosa e bege. Vários padrões foram reproduzidos em parte ou na totalidade das cores referidas, sendo frequente encontrar em diversos pontos da cidade o mesmo desenho recriado em tonalidades diferentes. Trata-se sempre de azulejos da Fábrica de Sacavém ou da Fábrica do Desterro e, como já foi referido, apresentam muitas semelhanças com a loiça do tipo cavalinho.

Alguns azulejos de fachada cujos desenhos eram habitualmente pintados a azul sobre o branco do vidrado, encontram-se reproduzidos excepcionalmente, em várias cores. O contrário também se verifica: alguns padrões tradicionalmente policromáticos, surgem, num ou noutro caso raro, em azul e branco. Neste contexto, o padrão mais curioso é o que foi fabricado pela Fábrica Viúva Lamego e que ficou conhecido pelo nome de *feradura*. Na sua forma policromática é talvez o mais frequente nas fachadas lisboetas enquanto que, a azul e branco, só foi encontrado em dois prédios: na Rua da Bela Vista à Lapa, n.º 7 e na Travessa da Paz, n.º 11. (Fig. 50)

Certos padrões policromáticos encontram-se em mais do que uma combinação de cores. É o que se pode observar no prédio da Rua dos Açores, n.º 31, cuja fachada, revestida com três variantes policromas do mesmo padrão, apresenta um colorido muito rico e assemelha-se, de certa forma, a um verdadeiro mostruário de azulejos. (Fig. 51 a, b e c)

Bastante frequentes em Lisboa são os padrões em dois tons da mesma cor

nos quais o tom mais claro recobre toda a superfície do azulejo, sobre a qual se destaca, em tom mais escuro, o desenho. As cores utilizadas neste tipo de azulejo são o azul, o verde e, muito raramente, o cor-de-rosa e o *grenat*. Pensa-se que tenham sido produzidos na Fábrica Viúva Lamego, a acreditar no testemunho dos artífices que lá trabalhavam. (Fig. 52)

Referência especial merecem os azulejos *marmoreados* cuja tradição remonta ao século XVIII. (Fig. 53) Nalguns edifícios recobrem toda a superfície das fachadas sem qualquer preocupação de tratamento plástico. Noutros integram-se em padrões compostos por vários azulejos, alguns dos quais desenham uma guarnição que envolve a área marmoreada.

Por vezes o desenho reproduzido num só azulejo encontra-se também em padrões formados por quatro azulejos, de acordo com a fórmula $2 \times 2/1$, como se se tratasse da ampliação para o dobro, do original. Mas, nesta transformação, os azulejos apresentam modificações significativas quer na cor, quer na técnica de fabrico, de tal forma que, numa primeira abordagem, dificilmente se reconhece neles o modelo em que se inspiraram. Um exemplo típico é o padrão em meio-relevo recoberto com vidro, da Fábrica de Sacavém, que foi também reproduzido por esta Fábrica em quatro azulejos monocromáticos estampados. (Fig. 54 a e b) A Fábrica das Devezas recriou o mesmo desenho num padrão de quatro azulejos, mas utilizou a policromia e a pintura com estampilha. Estas diferenças são suficientes para fazer surgir um efeito inteiramente novo do ponto de vista decorativo e para dar ao desenho, características totalmente diferentes.

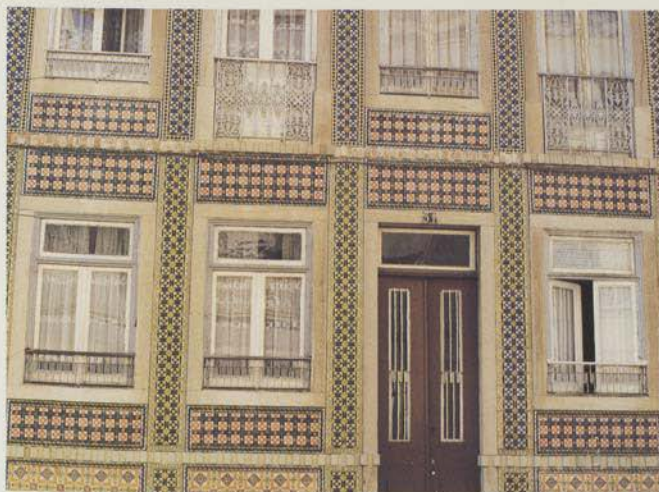
Os padrões aplicados nas fachadas têm servido com frequência para revestir os interiores das habitações. Os fabricantes nem sempre lhes atribuíam, como é natural, um destino específico e a sua utilização esteve à mercê do gosto dos construtores e dos proprietários dos prédios. Em certos bairros como Estefânia, Camões, Desterro e Campo de Ourique, este facto é flagrante, sendo frequente encontrar nos vestíbulos e nos primeiros lanços de escadas, os mesmos padrões que são utilizados nas fachadas. Ao contrário, nalguns bairros de construção mais recente, como por exemplo Palhavã, em que já não se encontram azulejos nas fachadas, a azulejaria dos vestíbulos inseriu-se numa estética mais tardia do tipo *art deco* e foi utilizada exclusivamente em interiores.

Há contudo azulejos mais antigos, fabricados sem sombra de dúvida para serem aplicados nos interiores, que foram excepcionalmente colocados em fachadas. Estes exemplares são raros e por isso fazemos referência a um velho prédio situado no Largo das Olarias n.º 16, revestido até à altura do primeiro andar com azulejos que habitualmente se destinavam a ser colocados no interior das padarias. O padrão que representa ramos de espigas e papoilas, contém dois aspectos pouco habituais em azulejos de fachada: é formado por quatro azulejos diferentes e as flores das papoilas são reproduzidas em três cores cada uma em seu azulejo. * (Fig. 55).

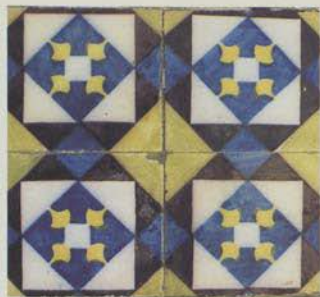
As dimensões dos azulejos de fachada não são sempre iguais e apresentam pequenas variações que, como já foi dito, estão relacionadas quasi sempre com a fábrica que os produziu. Habitualmente oscilam entre os 13 e os 15 cm de lado, só raramente se situan-



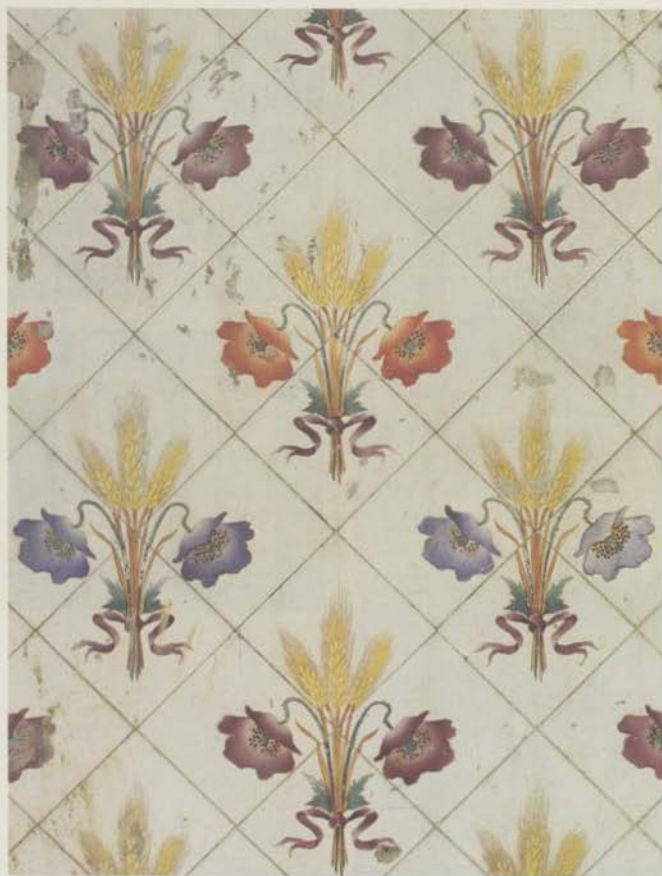
Azulejos estampilhados
R. da Bempostinha, 36
Fig. 48



Padrão estampilhado, em duas variantes policrômicas.
R. dos Açores, 31
Fig. 51 a, b e c



Azulejos marmoreados com moldura.
R. do Salitre, 28
Fig. 53



Azulejos estampados da Fábrica de Sacavém. Utilizados habitualmente em interiores de padarias, só muito raramente foram aplicados em fachadas. Largo das Olarias, 16
Fig. 55



Azulejos estampilhados com acabamentos à mão. Produzidos por encomenda, constituem exemplar único. R. do Jardim, 25
Fig. 56 a e b





Azulejos estampilhados com acabamentos à mão.
Padrão composto por dois elementos diferentes.
R. do Caminho de Ferro, 16

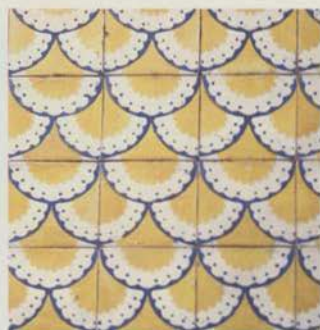
Fig. 57 a e b



Azulejos estampilhados
R. Cais de Santarém, 10

Fig. 58 a e b

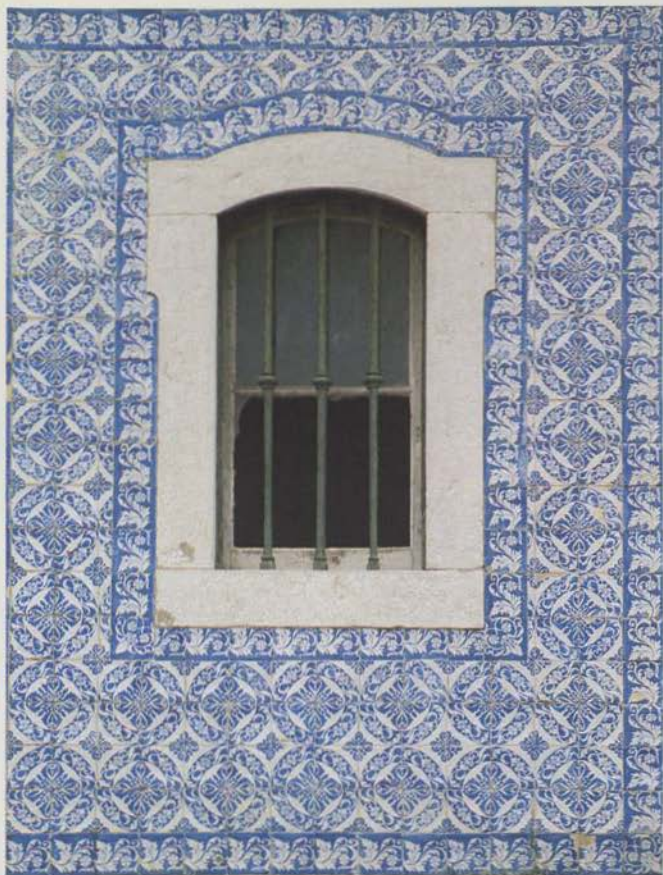




Azulejos estampilhados
R. Silva Carvalho, 126
Fig. 59 a e b

Azulejos estampilhados com acabamentos à mão,
muito semelhantes a um padrão do século XVII.
R. Nova da Piedade, 47
Fig. 60





Azulejos estampilhados
com acabamentos à mão.
Estrada de Benfica, 241
Fig. 62 a e b



Azulejos estampilhados.
R. de São João, 27
Fig. 63 a e b





Azulejos estampilhados.
R. do Barão, 33
Fig. 64



Azulejos estampilhados.
R. Frei Manuel do Cenáculo, 24
Fig. 65

Padrão de azulejos estampilhados conhecido
pelo nome de «travessão».
Calçada de Arroios, 63-A
Fig. 68 a e b



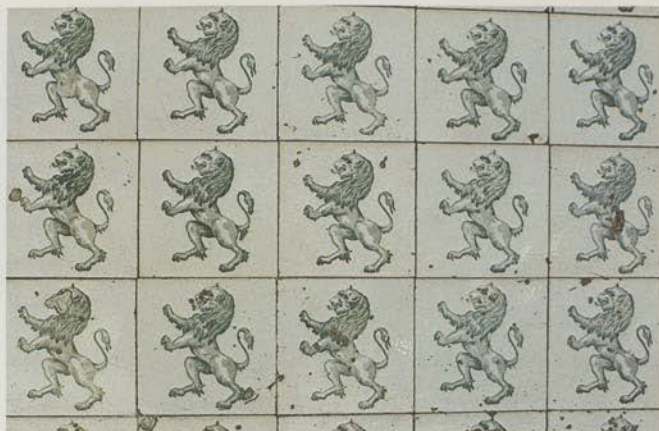
do fora destes limites. Entre os raros casos de azulejos com dimensões francamente superiores, regista-se o padrão colocado na fachada do prédio da Rua do Salitre, n.º 119, que mede 20x20 cm e do qual não encontramos outros exemplares.

Nas fachadas de Lisboa existem actualmente padrões extremamente raros a par de outros mais vulgares. Entre os primeiros há que distinguir aqueles que foram produzidos em pequenas quantidades e que quasi desapareceram com as demolições verificadas nas últimas décadas, daqueles que parecem ter sido fabricados expressamente para um determinado edifício e que são, provavelmente, exemplares únicos.

Destes últimos merecem referência especial os azulejos que revestem o prédio da Rua do Jardim, n.º 25. Foram desenhados em 1881 pelo proprietário que, segundo testemunho de um familiar, era «pintor de carruagens e de cerâmica». Os azulejos são de dois tipos diferentes mas todos eles representam uma cabeça de homem com feições orientais. Não se sabe ao certo onde foram produzidos. Apenas existe a informação de que a sua execução foi entregue a uma fábrica que na altura existia na zona das Amoreiras. A técnica de pintura utilizada foi a estampilha, a que foram acrescentados alguns acabamentos à mão. Um aspecto curioso destes azulejos é o tipo de articulação entre eles que não se faz, como é habitual, à custa de ornamentos nos cantos geradores de centros de rotação, mas sim através de troncos de era ondulantes que percorrem na vertical a superfície da fachada, passando de uns azulejos para os outros. (Fig. 56 a e b)

Acerca de outros padrões que foram detectados numa única fachada, não existem elementos que permitam concluir se se trata ou não de fabrico por encomenda. O tipo de desenhos e as técnicas usadas sugerem uma produção em série que, por ter sido muito limitada, tornou muito raros alguns exemplares em consequência das demolições e das obras de beneficiação. Esta é, provavelmente, a razão porque certas fachadas de Lisboa são hoje exemplares únicos no que diz respeito a azulejos. Entre os padrões raros alguns parecem pertencer a uma fase de produção bastante artesanal, marcada não só pelas técnicas de fabrico relativamente rudimentares, mas também pelo recurso frequente ao acabamento à mão e constituem exemplares extremamente belos quer apreciados em conjunto, quer isoladamente. (Fig. 57 a e b, 58 a e b, 59 a e b, 60, 61, 62 a e b, 63 a e b, 64 e 65)

No campo das raridades há que citar ainda os azulejos da Fábrica de Faiança



Azulejos estampilhados
R. do Andaluz, 19
Fig. 49



Azulejos estampilhados muito frequentes em Lisboa na variedade policrómica.
Em azul e branco são extremamente raros. R. da Bela Vista à Lapa, 71
Fig. 50

das Caldas que possuem a marca inconfundível de Rafael Bordalo Pinheiro e que já foram referidos atrás. Além de só excepcionalmente terem sido colocados em fachadas, alguns deles foram retirados pelos proprietários, tal como aconteceu aos do prédio da Rua da Graça, n.º 78, vendidos recentemente ao Museu do Azulejo. (Fig. 66) Restam ainda os exemplares que revestem a fachada da garagem situada na Rua Ponta Delgada, n.º 25, onde é possível apreciar cinco padrões diferentes produzidos naquela Fábrica. Os azulejos, todos em relevo, apresentam dois tipos de desenhos bem distintos: uns são cópias mais ou menos fiéis de exem-

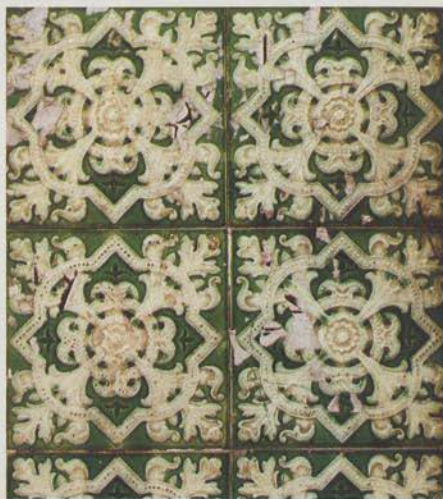
plares hispano-árabes, nomeadamente de um dos que existe na Quinta da Bacalhoa; outros apresentam motivos de nítida inspiração Arte Nova.

Há padrões que foram fabricados em grande quantidade e durante bastante tempo. Porque são muito vulgares nas fachadas lisboetas, passaram a estar definitivamente ligados à paisagem da cidade e tornaram-se familiares para os seus habitantes. Entre eles assinalam-se os que estão representados nas figuras. (Fig. 50, Fig. 29 – Rev. Municipal «Lisboa», n.º 5 e 6 – 1984, Fig. 36 e 37 – Rev. Municipal «Lisboa» n.º 7 – 1984)

Nas fábricas de cerâmica existe actualmente muito pouco material de con-



Padrão estampilhado
em dois tons da mesma cor.
R. José Estevão, 21
Fig. 52



Padrão produzido pela fábrica de Sacavém.
A escala do desenho e as técnicas utilizadas
nos dois exemplares são diferentes.
R. de Santa Justa, 61.
R. Eduardo Coelho, 26
Fig. 54 a e b



Azulejos estampilhados produzidos pela Fábrica Goarmon, R. de São Lázaro, 11

Fig. 61

sulta que permita colher elementos acerca dos padrões de fachada; apenas alguns catálogos, quasi sempre bastante incompletos, mas que contêm, apesar de tudo, informações de inestimável valor. Os catálogos que foi possível consultar e que existem na biblioteca do Museu do Azulejo, foram os das seguintes fábricas: Devezas, Goarmon, Carvalhinho, Caldas e Sacavém. O das Devezas é, de longe, o mais interessante pelo grande número de padrões que contêm, enquanto que o de Sacavém é extremamente pobre. Os catálogos existentes na Fábrica Viúva Lamego são muito recentes e não fornecem, por isso, informações de interesse em relação à época em estudo. Na Fábrica Lusitânia apenas foram encontrados três esboços a *gouache* de outros tantos padrões produzidos nesta unidade fabril.

Na Fábrica Viúva Lamego foi possível obter algumas informações acerca da azulejaria de fachada, através do contacto directo com antigos empregados. Alguns deles representam já a segunda geração de operários da mesma família que trabalharam na Fábrica e que retêm na memória dados de épocas mais remotas que lhes foram transmitidos pelos seus ascendentes. Isto permitiu mergulhar um pouco na história das nossas olarias e conhecer alguns pormenores acerca das técnicas de fabrico, dos desenhos das estampilhas e dos tipos de tintas utilizadas por várias fábricas.

Foi ainda possível saber que alguns padrões possuíam um nome próprio na gíria dos operários. Baptizados pelos nossos oleiros, esses padrões mere-

cem ficar aqui registados para conhecimento de quem se interessa por este assunto. Já nos referimos a alguns: *feradura*, *batalha*, *crochet* e *bicha da praça*. Para a lista ficar completa há que acrescentar os seguintes: *travessão*, (Fig. 68 a e b) *pinlinhas* (Fig. 69) e *bicha de estrela*. (Fig. 70)

Também alguns frisos da Fábrica Viúva Lamego possuem nomes próprios, a saber: *galão*, *corda*, *faixa de grega*, *faixa de flor de lis*, e *trança*. Muitos deles, embora se adaptem bem aos novos padrões das fachadas do século XIX, não são mais do que cópias de frisos ou de remates de cercaduras que aparecem nos painéis dos séculos XVII e XVIII.

Apesar das frequentes demolições que têm atingido os prédios de Lisboa, são ainda abundantes os padrões que se encontram aplicados nas fachadas. Uma avaliação grosseira, mas que deve aproximar-se muito da realidade, permitiu calcular que o número total de padrões deve ultrapassar os 350. Isto sem contar com as variantes de cor ou de desenho que são relativamente frequentes.

Estas variantes estão quasi sempre relacionadas com a produção do mesmo padrão por várias fábricas. Tal facto nada tem, aliás, de surpreendente. Muitas delas terão provavelmente importado do estrangeiro as mesmas matrizes e terão tido acesso aos mesmos catálogos. Por vezes terão, pura e simplesmente, copiado os desenhos umas das outras, quer para dar resposta às preferências duma clientela habituada a certos padrões, quer para satisfazer encomendas destinadas a restaurar fachadas degradadas.

Já atrás nos referimos às variantes de cor. Estas variantes, frequentes nos padrões monocromáticos, quer estampados quer estampilhados, são mais raras nos padrões policromáticos entre os quais um número muito restrito se mostrou especialmente fadado para ser recriado em várias cores. É o caso do padrão já citado que se encontra aplicado no prédio da Rua dos Açores, n.º 31 em várias versões policromáticas.

As variantes dos desenhos são mais raras e revelam também preferência por um limitado número de padrões dos quais merecem destaque os que ficaram conhecidos pelo nome de *crochet* e *bicha da praça*.

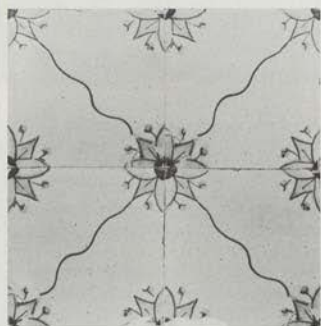
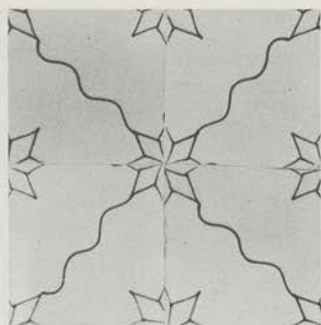
Este último apresenta variantes com alguns aspectos mais facilmente identificáveis e que merecem, por isso, um breve comentário. (Fig. 67 a, b e c)

Na sua versão mais comum o desenho, estampilhado em azul sobre o vidrado, é extremamente simples e contém apenas dois elementos: uma estrela de oito pontas que se forma pela articulação de quatro azulejos contíguos e que constitui o único centro de rotação do padrão; uma linha sinusoidal ligando em diagonal dois dos cantos de cada azulejo. Algumas das variantes limitam-se a pequenas diferenças de estilo do desenho: as estrelas de oito pontas adquirem um aspecto mais parecido com oito sépalas e, para que esta identificação com motivos fitomórficos não deixe quaisquer dúvidas, surgem pequenos «rebentos» emergindo dos intervalos das sépalas. Contudo, em certos exemplares a modificação do desenho é mais profunda: ou se simplifica e a linha sinusoidal desaparece, ficando apenas a estrela de oito pontas, ou se complica e da linha sinusoidal nascem folhas e pequenos fruto de era.

Acrescente-se que a estrela de oito pontas surge em vários padrões da Fábrica Viúva Lamego que nada têm a ver com a «bicha da praça». É como que um «tique» que passou a marcar outros padrões saídos daquela fábrica e que garante um centro de rotação sobre o qual se apoia toda a dinâmica das composições.

Esta breve análise dos padrões presentes na azulejaria de fachada lisboeta apenas pretende levantar algumas pistas acerca dos aspectos que mais notados se tornaram ao longo deste trabalho. Na verdade trata-se duma vasta matéria que continuará por muito tempo aberta aos curiosos, aos eruditos e aos coleccionadores de raridades e cujo tratamento exaustivo estaria deslocado aqui.

* Estes azulejos foram retirados da fachada já depois de elaborado este texto.



Três variantes do padrão que ficou conhecido pelo nome de «bicha da praça» e que foi produzido em várias fábricas.

Fig. 67 a, b e c

Azulejos em relevo da Fábrica de Faiança das Caldas. Padrão idêntico a um dos que existe na Quinta da Bacalhoa. R. da Graça, 78

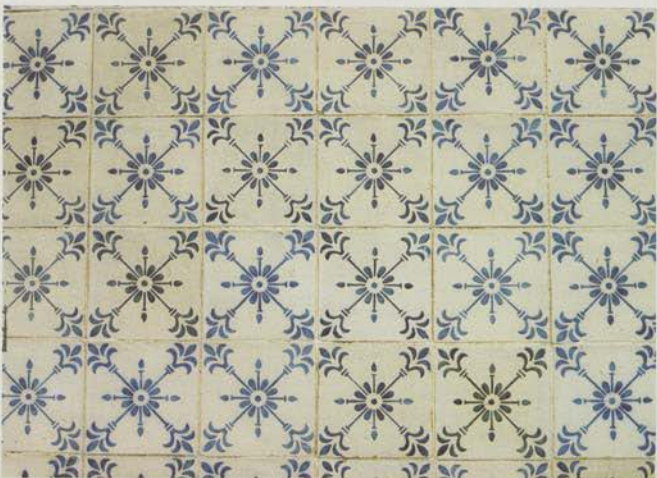
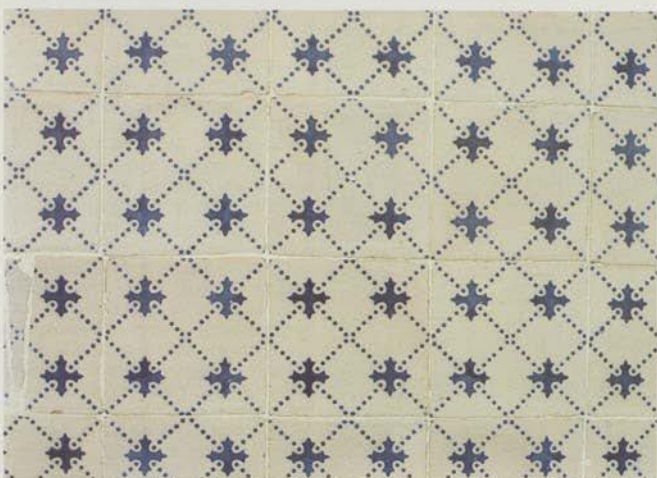
Fig. 66

Padrão de azulejos estampilhados conhecido pelo nome de «pintinhas». R. Penha de França, 93-97

Fig. 69

Padrão de Azulejos estampilhados conhecido pelo nome de «bicha de estrela». R. Aquiles Monteverde, 18

Fig. 70



AS ACTAS DAS SESSÕES DE ESTUDOS OLISIPONENSES DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES – III

20 DE JANEIRO DE 1922

«Não houve sessão por falta de número».

SESSÃO DE 17 DE FEVEREIRO DE 1922

D'Ornellas falou acerca de uma notícia sobre a construção de um metropolitano em Lisboa. (!) César da Silva declarou estarem em vias de acabamento as obras promovidas no Coro da Igreja de Santa Maria de Belém, dirigidas pelo escultor Costa Mota. Ganhado informou que, por falta de verba, está demorada a instalação do Museu da Cidade. D'Ornellas propõe que se peça a todos os construtores civis e proprietários de obras em Lisboa, informem a Secção sobre objectos que lhes pareçam úteis a fim de serem examinados, promovendo-se a sua recolha na Associação dos que tiverem valor arqueológico.

SESSÃO DE 17 DE MARÇO DE 1922

Presidente: Perry Vidal
Secretário: Lourenço d'Almeida

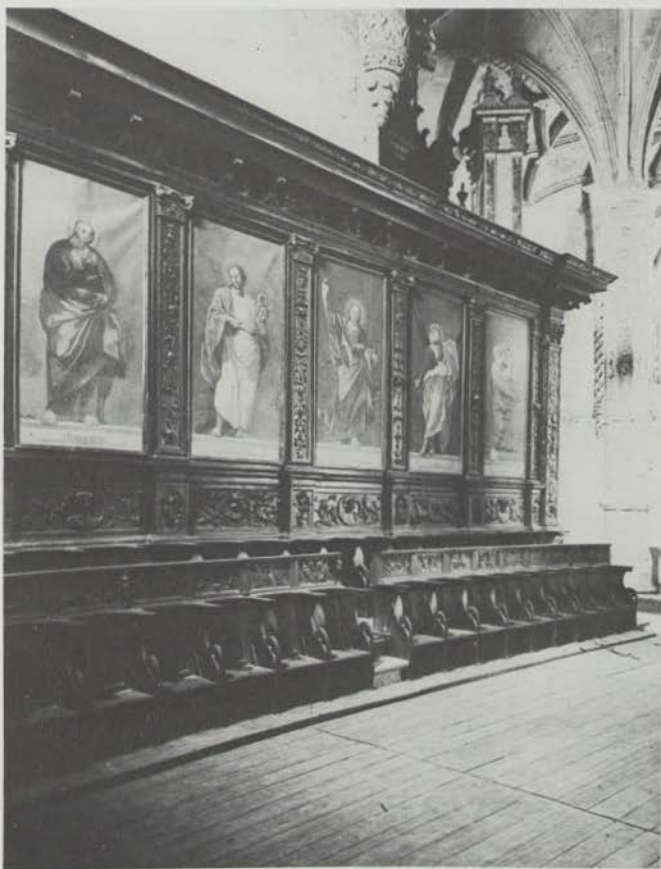
Foram recebidos os novos sócios Condessa do Prado, Jorge de Almeida e José Augusto Neves. O Presidente agradeceu, também, a presença dos sócios propostos: D. Maria do Carmo Sousa Coutinho Monteiro Paym (Alva) e D. António Xavier da Gama Pereira Coutinho.

Seguidamente, o Presidente apresentou um trabalho (apenso à acta) salientando os inconvenientes resultantes da mudança de nome da Rua da Junqueira para o de D. João da Câmara. Além do mais, o Presidente sublinhou que tais mudanças «são prejudiciais à história da cidade» e não constituem «menos respeito pela memória dos cidadãos, factos passados ou locais cuja tradição se deve guardar.»

«... as obras promovidas no Coro da Igreja de Santa Maria de Belém...»

Um aspecto do coro dessa igreja, mais conhecida por Igreja dos Jerónimos.

O coro foi construído no reinado de D. João III. O Cadeiral é um trabalho renascentista de grande valor artístico (cerca de 1550)





«... mudança do nome da Rua da Junqueira para o de D. João da Câmara»...

Aspecto do Palácio dos Condes da Ribeira, na rua da Junqueira.

Neste edifício viveu e morreu em 1908 o dramaturgo D. João da Câmara. Daí a ideia de se alterar o nome dessa artéria para rua D. João da Câmara

Apresentou, também, uma proposta nesse sentido o Dr. Artur Lamas, associando-se, também ao alvitre os consócios José Augusto Neves, e César da Silva, este manifestando o seu desagrado ante a substituição da Rua dos Canos pelo nome de Silva Albuquerque, fazendo, a traços largos, a biografia desse jornalista.

Voltando a usar da palavra, o Presidente lembrou que «há uma deliberação da Câmara defendendo os antigos nomes e que às novas ruas não podem ser dados nomes de pessoas vivas nem que tenham falecido há menos de 10 anos».

D'Ornellas declarou que levantará o problema da instalação do Museu da Cidade na próxima Assembleia Geral. Em seguida apresentou a oferta de algumas conchas, encontradas a 12 metros de profundidade na Rua Augusta, e de um azulejo árabe perfeitamente conservado. Por sua vez, a D. Maria do Carmo de Sousa Coutinho chamou a atenção da Secção para a destruição — que está em curso — do antigo edifício das Comendadeiras de Santos. A acta inclui, também, um artigo de Artur Lamas, publicado no «Diário de Lisboa» acerca do problema da substituição do nome da Rua da Junqueira pelo de D. João da Câmara.

Presidente: Jesuino Ganhado

Secretário: Júlio Nunes de Freitas

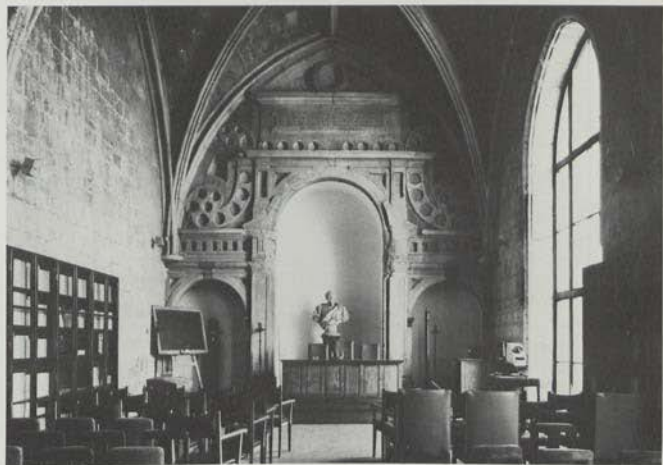
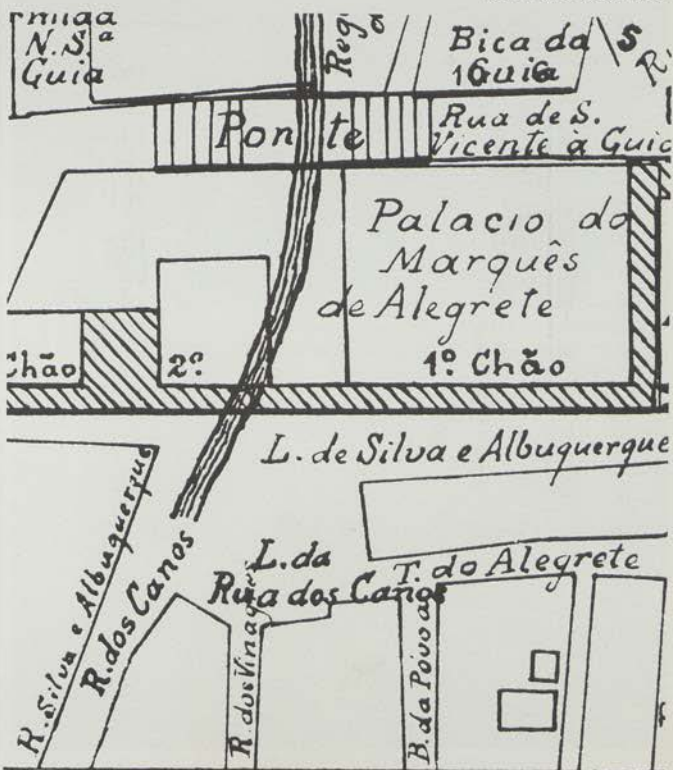
Tratou-se do problema relacionado com a fundação do Museu da Cidade de Lisboa. César da Silva exibiu algumas gravuras da antiga Sé de Lisboa, preconizando a ideia de se reconstituir, por todos os meios, a Lisboa Antiga — sendo um deles a fotografia. Soares O'Sullivan sugeriu que «alguns objectos oferecidos à Associação — que estiveram na Exposição Oliponense — deviam ser oferecidos ao projectado Museu da Cidade». O Presidente declarou que a «ideia inicial do Museu é que os objectos sejam sempre pertença de quem nele os depositou». A esta ideia deu a sua adesão o consócio Garcez Teixeira acrescentando que todos os objectos da Associação, destinados ao Museu da Cidade, deviam ser guardados na sacristia do antigo Convento do Carmo que, brevemente, será entregue pela Guarda Nacional Republicana à Associação dos Arqueólogos.

O Presidente, com a adesão de outros consócios, sugeriu que, para a concretização da ideia emitida, se construa um anexo. A propósito, o Dr. Osório de Castro lembrou a Igreja do Menino Deus «que está vazia». D. Maria do Carmo de Sousa Coutinho refere-se, mais uma vez, ao risco em que se encontra o edifício das Comendadeiras de Santos sugerindo que o mesmo seja declarado Monumento Nacional pelo Conselho de Arte e Arqueologia.

No final foi nomeada uma comissão (D'Ornellas, Sullivand e César da Silva) «para, conjuntamente com os conservadores, preparar a instalação do futuro Museu».

«... substituição da Rua dos Canos pelo nome de Silva Albuquerque...»

Reconstituição realizada pelo Eng.º Augusto Vieira da Silva da zona da rua Silva e Albuquerque, outrora rua dos Canos. Essa antiga denominação decerto se liga a passar aí o curso de água, chamado de «rego que vinha de Arroios». O desenho a tracejado representa um trecho da muralha Fernandina, actualmente desaparecido



«... na sacristia do antigo Convento do Carmo...»

Aspecto actual da antiga sacristia da igreja do Convento do Carmo. Serve presentemente de sala de conferências da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Ao centro vê-se o busto de D. Fernando II



«... uma visita de estudo à igreja do Menino Deus...»

A igreja do Menino Deus ergue-se na encosta da colina do castelo. Nesta antiga fotografia de J. Barcia,

vê-se o conjunto urbano em que a igreja se integra

SESSÃO DE 28 DE ABRIL DE 1922

Presidente: Ganhado
Secretário: Perry Vidal

O Presidente declarou que a proposta de D'Ornellas sobre a fundação do Museu da Cidade foi submetida à apreciação da Câmara, «na sessão da passada 5.ª feira», que a aprovou, tendo-se o proponente congratulado com o facto. Rodrigues Simões propôs uma visita de estudo à Igreja do Menino Deus. O consócio Gusmão Navarro lembrou que, no mesmo dia, se deveria também efectuar uma visita ao Castelo de S. Jorge e o coronel Garcês Teixeira sugeriu a conveniência de, para a realização de tal fim, se avisasse o consócio Vieira da Silva — o que foi aprovado.

D'Ornellas sugeriu que a «Comissão dos festejos nacionais» insistia, junto das Companhias Reunidas do Gás e Electricidade, «para que sejam retirados os restos das fábricas, junto da Torre de Belém».

SESSÃO DE 29 DE MAIO DE 1922

Garcês Teixeira sugeriu que o Presidente represente a Associação no próximo Congresso Municipalista. Todavia, como se pede apenas um representante da Associação, «sobretudo por causa do estudo dos brasões dos vários municípios», ele alvitriaria o nome do Sr. Afonso D'Ornellas. Este, todavia, falou das vantagens do Presidente — Dirigente da Secção e vogal da Heráldica — para efeitos de representação no Congresso Municipalista.

Após a intervenção de outros consócios sobre o assunto, foi escolhido o nome de Matos Sequeira.

Perry Vidal apresentou «um livro de aniversários da Igreja de Santa Marina», datado de 1573, onde existem «preciosas indicações sobre a Lisboa dos primeiros séculos da Monarquia Portuguesa».

Garcês Teixeira — a propósito da criação do Museu da Cidade — pediu informação sobre o âmbito que se deve atribuir a Lisboa «para o fim do seu Museu».

Falaram vários sócios, tendo-se chegado à conclusão que por Museu da Cidade deve entender-se o da Capital do País, «na área compreendida pelas suas barreiras» — o que foi aprovado.

Ficou assente que as reuniões quinzenais da Secção se realizem às 2.ª feiras.

SESSÃO DE 3 DE JUNHO DE 1922

Presidente: Jesuino Ganhado
Secretário: Perry Vidal

Aspecto da magnífica capelar-mor da igreja do Menino Deus

O castelo de S. Jorge num desenho de Júlio Castilho, de 1885 mostrando o aspecto que oferecia antes dos restauros de 1939-1940. À direita a torre de S. Lourenço

Vieira da Silva solicita informação acerca do compromisso assumido pela Carris de colocar uma lápide, junto do local do antigo Arco de Santo André, assinalando a sua existência, mas que, «até ao presente», a mesma não foi ali colocada pelo que «pede ao Sr. Presidente que, como funcionário da Câmara, lhe consiga quaisquer esclarecimentos sobre o assunto».

Trocaram-se, depois, acerca da questão, algumas impressões.

O Conde de Almarjão congratulou-se com a inauguração do Museu da Cidade e enalteceu a acção do Presidente na resolução do mesmo problema. Ganhado agradeceu a referência e tornou-a extensiva aos consócios coronel Garcês Teixeira, Engenheiro Vieira da Silva, Frazão de Vasconcelos, Mena Júnior, etc.

O consócio Ferreira Braga ofereceu à Associação quatro exemplares de papel-moeda que foram muito apreciados.

O Presidente informou ter recebido da Câmara um esclarecimento desmentindo as notícias, dadas por alguns jornais, «de terem sido roubadas algumas serpentes de bronze que as patas do cavalo da estátua equestre estão pisando».

Por proposta do Presidente, a nota anterior ficou, circunstanciada, exarada na Acta.

Augusto Neves emitiu a opinião de que a estátua — assim como outros monumentos de Lisboa — devia dispor de uma zona de protecção; Perry Vidal discordou salientando que «monumentos daquela natureza não devem ser modificados, introduzindo-lhes alterações que os seus autores não prescreveram» e lembrou que, «se há falta de cuidados com a estátua, se peça para ela um guarda».



«... a praça, o arco triunfal, arcadas, torreões, cais, tudo ali faz um conjunto difícil de encontrar noutro país...»

Vista aérea do Terreiro do Paço, cujo valor arquitectónico tantas vezes tem sido salientado, tanto por portugueses, como estrangeiros.

Assim Martin Hume considerou-a «a mais imponente praça pública da Europa, com excepção talvez da Praça da Concórdia em Paris»

Augusto das Neves, respondendo, acentuou que a zona de protecção ficaria mais económica do que a presença da guarda. Por sua vez, Perry Vidal — mais uma vez no uso da palavra — disse que «o monumento, a praça, arco triunfal, arcadas, torreões, cais, tudo ali faz um conjunto difícil de encontrar noutro país, tal a majestade que ostenta, tal a pureza e sobriedade de linhas, tal o espírito condizente das diversas peças componentes daquele precioso todo».

Sobre o assunto, falaram, ainda, além do Presidente o Coronel Garcez Teixeira, Conde de Almarjão, Vieira da Silva e J. Augusto Neves.

A sessão ocupou-se, ainda, de outros problemas, entre os quais, das obras do Rossio, as quais «se não têm adiantado por se deverem fazer mictórios sob os lagos».

Garcês Teixeira sublinhou a necessidade de se nomear «alguém para tomar a direcção do Museu», tendo ficado assente que o assunto seria submetido à apreciação da Assembleia Geral.

Finalmente, Perry Vidal pediu esclarecimento acerca do destino de uma planta da Cidade de Lisboa, que esteve no Museu, da autoria do seu avô, o arquitecto Frederico Perry Vidal.

SESSÃO DE 10 DE JULHO DE 1922

Presidente: Matos Sequeira

Secretário: Frazão de Vasconcelos

D'Ornellas declarou «que as serpentes da estátua de D. José I se não encontram como primitivamente estavam». O Presidente informou que fora procurado por uma comissão de operários — que trabalhou na limpeza do monumento — que lhe declararam que só uma serpente tinha sido dali retirada a fim de poder ser consertada.

Garcês Teixeira felicitou Matos Sequeira pela publicação do 3.º volume da obra «Lisboa depois do Terramoto».

Vieira da Silva solicita informações acerca da colocação da lápide referente ao Arco de Santo André.

Foram recebidos, pela primeira vez, como sócios Cardoso Marta e José Paulo Pereira.

Após troca de impressões, resolveu-se que a direcção do Museu da Cidade fosse confiada a um membro da Secção de Arqueologia Lisbonense; tendo-se procedido a votação foi eleito, por unanimidade, o Engenheiro Vieira da Silva, motivo porque foi saudado pelo Presidente que salientou «os extraordinários merecimentos de Sua Ex.ª para o cargo».

Entre outros assuntos, foi apreciada uma comunicação de Rodrigues Simões, censurando a direcção das obras que estão a realizar-se no Convento





*«... as serpentes da estátua de D. José I
não se encontram como primitivamente estavam...»*

A estátua de D. José, por Machado de Castro, vendo-se as
serpentes referidas durante os trabalhos
da Secção de Arqueologia Lisbonense



«... a ideia de se fotografarem alguns azulejos (...) os do Palácio Almada relativos à Revolução de 1640...»

Neste painel está representado o assalto ao palácio da Ribeira. Norberto de Araújo no *Inventário de Lisboa* descreveu-o nos seguintes termos: «D. Miguel de Almada solta de uma janela do palácio real o grito (legenda em fita) «Liberdade, Liberdade, Viva El-Rei D. João IV»; em baixo numa legenda lê-se «Redempção de Portugal, A Fidelidade e o Amor triunfão»

Outro dos painéis do Palácio Almada, representando aspectos da Revolução de 1640.

Esta a sua descrição devida a Norberto de Araújo: «Procissão saindo da Sé, em acção de graças pela libertação; vêm-se na composição o Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, D. Álvaro Avanches, a cavalo, ostentando a bandeira da cidade, e o Padre Nicolau da Maia, elevando um crucifixo; uma legenda em latim, reproduz um versículo do cântico de Zacarias: «Benedictus Dominus Deus Israel quia Vízitavit, et fecit Redemptionem Plebis suae»

das Comendadeiras da Encarnação ficando o Presidente (Matos Sequeira), como membro do Conselho do Patriómio Artístico, de tratar do assunto.

SESSÃO DE 17 DE JULHO DE 1922

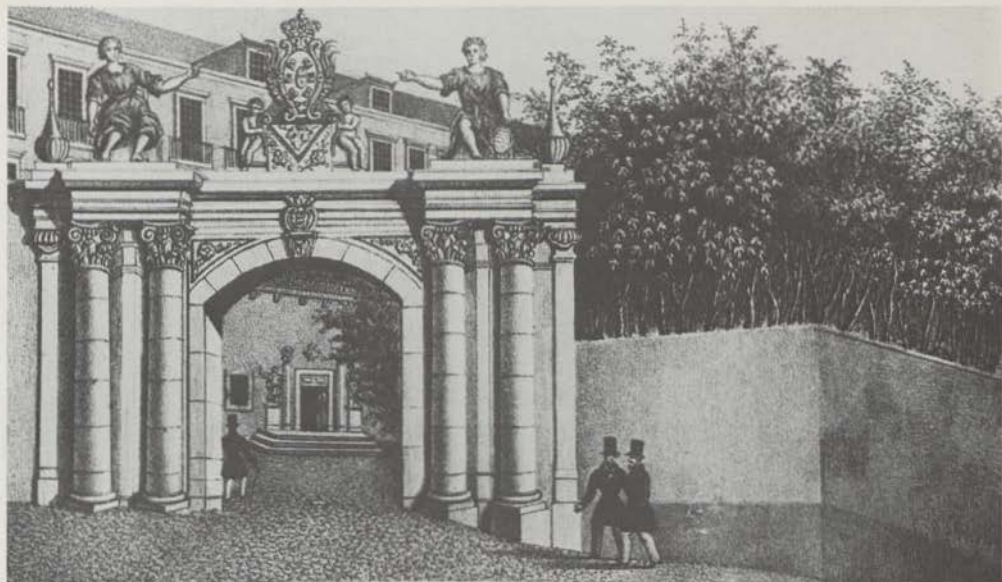
Presidente: Ganhado
Secretário: Ferreira Lima

Por proposta de Cardoso Mata foi exarado um voto de pesar pelo falecimento do cientista Prof. António Aurélio da Costa Ferreira — o que foi aprovado. O consócio Garcês Teixeira comunicou que Luciano Freire (conservador do Museu de Arte Antiga e grande artista na reconstituição de obras de arte) visitou o Museu da Cidade(*), tendo recebido impressões lisonjeiras acerca da ordem e disposição das espécies.

Cardoso Marta preconiza a ideia de se fotografarem alguns azulejos que é impossível remover para o Carmo (tais como os da Travessa do Calado, na Penha de França, alusivos ao Terramoto de 1755, os do Palácio Almada relativos à Revolução de 1640, etc.).

Ganhado e Simões referem-se a uns azulejos — que estiveram no Largo do Menino Deus — e que se encontram actualmente na Casa do Sr. Júlio de Vilhena (Doutor em Direito, antigo Chefe do Partido Regenerador monárquico, sócio da Academia das Ciências e notável escritor), sugerindo-se que se lhe peça autorização para a sua reprodução. Garcês Teixeira, em nome de Frazão de Vasconcelos, ofereceu, com destino ao Museu da Cidade, uma gravura antiga, em que se vê uma vista de Lisboa, e informa que o consócio Conde de Almarjão possui várias gravuras e outros objectos para depositar no Museu. Trocaram-se depois, impressões sobre algumas obras que estão em curso na muralha do Carmo. Vieira da Silva referiu-se a um trabalho de Nogueira de Brito em que se trata da muralha, «com bastante minuciosidade».





O Presidente lembrou a Vieira da Silva que visite as várias escavações que estão sendo feitas em Lisboa, destinadas à construção de casas fortes.

Litografia representando o portal e parte do edifício do Hospital de S. José no século passado

SESSÃO DE 31 DE JULHO DE 1922

Cardoso Marta informou que D. Francisco de Almeida autorizou a reprodução fotográfica de um azulejo antigo, representando a Casa dos Bicos, e levanta o problema da substituição dos nomes das ruas; o Presidente declarou que o problema não tem sido descurado, «mas que nada se tem conseguido».

Foram aprovadas várias propostas no sentido de chamar a atenção da Câmara Municipal de Lisboa para este assunto. Garcês Teixeira sugere que os jornais informem sobre os dias em que o Museu está patente ao público; Nunes de Freitas propôs que, além do inventário dos azulejos existentes nos edifícios de Sintra, se inventariem, também, os brasões.

SESSÃO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1922

O Presidente alvitrou que os consócios procedam, nos seus bairros, à inventariação dos azulejos ali existentes a fim de um dia se poder elaborar um catálogo. Vieira da Silva ofereceu ao Museu da Associação numerosas moedas romanas e portuguesas (Secção de Numismática).

Mac-Bride referiu-se a obras de destruição ocorridas em várias Igrejas de Lisboa, acentuando que, a melhor for-

Aspecto exterior do Convento da Encarnação





«... refere-se ao estado vergnoso em que se encontra a capela das Mercês...»

O desaparecido templo das Mercês segundo um desenho de Luis Gonzaga Pereira

ma de conservar esses templos, é abri-los ao culto. O Presidente declarou que — aproveitando o feriado do 1.º de Dezembro — os consócios poderiam visitar o Hospital de S. José, a Igreja do Convento da Encarnação e o Palácio do Conde de Almada; o Visconde de Santarém refere-se «ao estado vergnoso em que se encontra a Capela das Mercês, de grandes tradições históricas, visto ali estarem sepultados os restos do Marquês de Pombal».

SESSÃO DE 2 DE DEZEMBRO DE 1922

Presidente: Jesuino Ganhado
Secretário: José Paulo Pereira

O Dr. Alberto Mac-Bride referiu-se à proveitosa visita, efectuada no dia 1.º de Dezembro, por um grupo de consócios ao Hospital de S. José, Convento da Encarnação e S. Lázaro.

«O nosso ilustre consócio historiador largamente a fundação dos hospitais de Lisboa». O orador informou que o Director dos Hospitais ofereceu à Associação um cruzeiro manuelino que se encontra no Hospital de S. Lázaro, tendo-se ocupado do seu valor histórico e artístico vários consócios. Rodrigues Simões sugeriu uma visita de estudo à Igreja do Menino Deus.

SESSÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 1922

O Presidente informou que fora pedida a transferência, para o Museu da

Cidade, do cruzeiro da Ajuda. Foi lida uma comunicação de Garcês Teixeira preconizando um louvor ao consócio Alberto de Sousa, pela sua interferência na oferta à Associação de uma coroa real em mármore, por parte de Cristiano Vicente.

SESSÃO DE 17 DE JANEIRO DE 1923

António Pedro de Sampaio leu algumas páginas de uma monografia, impressa, sobre a Ermida de Nossa Senhora do Monte. Na acta foi exarado um protesto contra o projecto de alienação da Ermida ou de transformação do «característico Largo de Nossa Senhora do Monte», pela sua antiguidade», «confirmada e provada por vários escritores».

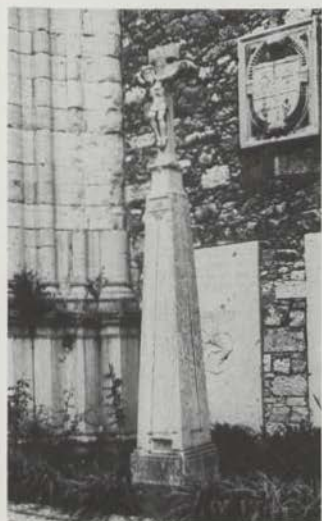
SESSÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1923

Matos Sequeira informou que, tendo de recolher elementos destinados à elaboração do 4.º volume da obra «Depois do Terramoto», encontrara na Torre do Tombo o arquivo da extinta Fábrica de Louças do Rato.

A propósito, Matos Sequeira leu, do seu livro de apontamentos, uma «cospiciosa lista de nomes das peças, preços e alguns compradores».

Capela onde se encontrava o Cruzeiro da Ajuda

O Cruzeiro da Ajuda,
exposto actualmente no Museu da Associação dos Arqueólogos



«... Em algumas páginas de uma monografia, impressa sobre a ermida de Nossa Senhora do Monte...»

Aspecto da ermida e do respectivo terreiro em 1834, segundo um desenho de Luís Gonzaga Pereira.

A Secção de Arqueologia Lisbonense mostrou-se contrária à transformação deste característico largo



«... sugere que a Igreja de Santos-o-Velho seja declarado monumento nacional...»

A igreja de Santos-o-Velho representado numa gravura em madeira publicada no «Arquivo Pitoresco» em 1863

SESSÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1923

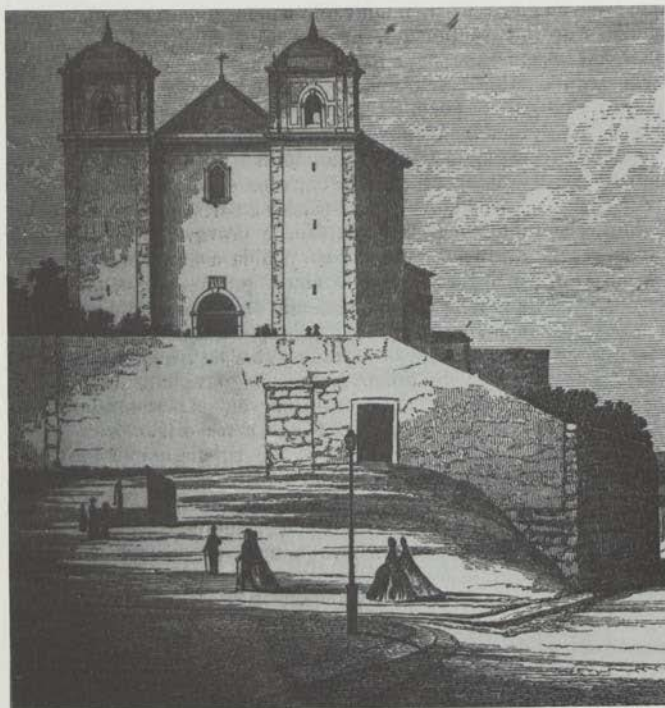
Rodrigues Simões insistiu, por parte do consócio D. Maria do Carmo de Sousa Coutinho, para que seja declarado nacional o Convento de Santos-o-Novo; ficou assente que a Secção efectue uma visita àquele Convento. Foi também combinada uma visita de estudo ao Palácio da Ajuda.

O Presidente (Frazão de Vasconcelos) enalteceu a obra do artista Alberto de Sousa, «pela sua última exposição», sublinhando a necessidade de reprodução de alguns dos mais importantes monumentos nacionais.

SESSÃO DE 28 DE MARÇO DE 1923

Presidente: Ganhado
Secretário: António de S. Payo

Rodrigues Simões sugere que a Igreja de Santos-o-Velho seja declarada monumento nacional; Garcês Teixeira lê uma relação dos objectos «que ultimamente têm dado entrada no Museu da Associação e que interessam à Secção de Arqueologia Lisbonense». Ficou marcada uma visita de estudo ao Menino Deus «para 7 do corrente». (É, manifestamente, erro: deve ser para 7 do mês seguinte).



SESSÃO DE 25 DE ABRIL DE 1923

Presidente: Coronel Garcês Teixeira
Secretaria: Frazão de Vasconcelos

O objectivo da sessão: alterar o dia das reuniões «em virtude do presidente não poder comparecer às 4.ª feiras». Ficou assente que, de futuro, as reuniões se realizariam às 5.ª feiras, de 15 em 15 dias.

SESSÃO DE 17 DE MAIO DE 1923

Ganhado agradece a deferência dos consócios «em terem alterado o dia das sessões as quais, de futuro, se realizarão às 5.ª feiras».

José Paulo Pereira faz uma comunicação sobre alguns objectos de ferro e de cerâmica encontrados na freguesia de Famalicao, concelho da Guarda (época romana).

Rodrigues Simões refere-se à construção, no Rossio, de duas barracas da Carris «que ofendem barbaramente a estética daquela praça».

Por indicação do Engenheiro Vieira da Silva foi marcada, para 27 de Maio, uma visita de estudo à residência do mesmo consócio.

SESSÃO DE 7 DE JUNHO DE 1923

Ganhado propôs votos de sentimento pelo falecimento dos Condes de Sabugosa e de Folgosa. O mesmo consócio propôs, e foi aprovado, que se enviasse à Câmara Municipal de Lisboa «nota dos azulejos e de quaisquer outros ornatos antigos colocados nos prédios a fim de ser garantida a sua conservação». Quirino da Fonseca refere-se a trabalhos cartográficos, de meados do séc. XVIII, executados por Francisco Paganino, por ele examinados durante uma visita que se realizou aos Arquivos da Inspeção das Fortificações e Obras Militares.

21 DE JUNHO DE 1923

Não houve sessão por falta de número.

SESSÃO DE 5 DE JULHO DE 1923

Foi lido um officio da Câmara Municipal de Lisboa convidando a Associação a nomear um delegado que a represente junto de uma Comissão Consultiva, «destinada a promover o embelezamento de Lisboa». Os nomes escolhidos foram os de Alberto de Sousa, Nogueira de Brito e Vieira da Silva. Garcês Teixeira fez uma comunicação acerca de alguns brasões que ele classificou de «muito artísticos».



«... Rodrigues Simões refere-se à construção, no Rossio, de duas barracas da Carris que ofendem barbaramente a estética daquela praça.»

Estas barracas erguia-se uma a sul e a outra a norte do Rossio.

Esta representada na gravura mostra claramente como a estética urbanística do Rossio ficava prejudicada gravemente por essas barracas, felizmente já desaparecidas

A residência do Eng.º Augusto Vieira da Silva, onde se guardava a sua valiosa colecção olisiponense, que foi objecto de uma visita de estudo por parte dos componentes da Secção de Arqueologia Lisboense da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Essa colecção foi, por morte de Vieira da Silva, adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, sendo o núcleo do Gabinete de Estudos Olisiponenses





Gustavo de Matos Sequeira, teve papel relevante na Secção de Arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses e procurou, como apaixonado e erudito olisipógrafo que era, evitar o seu desaparecimento

SESSÃO DE 9 DE JANEIRO DE 1924

Presidente: Jesuíno Artur Ganhado
Secretários: António Caldeira Pires e Afonso de Azevedo Nunes Branco

O Presidente lastimou que «no projecto dos novos Estatutos, há pouco aprovados em Assembleia Geral, se determine a extinção da Secção de Arqueologia Lisbonense», o que constitui «ingratidão pela obra realizada com tanta e delicada vontade».

O Presidente fez uma resenha da obra da Secção, acentuando que ela se devia conservar «até como preito de homenagem à obra de José Queirós».

Matos Sequeira salienta que o trabalho realizado pela Secção «produziu motivos de orgulho para a Associação».

«A influência da Secção — acrescentou Matos Sequeira — foi tão grande que chegou a constituir a força e a vontade da Associação, a sua propaganda, a sua vida talvez! Merecia, portanto, que ao menos por gratidão a mantivessem».

Sobre o problema da extinção da Secção houve, em seguida, troca de impressões entre vários sócios.

O Presidente da Direcção, Doutor Xavier da Costa, alegou que a extinção da Secção obedeceu «a um critério científico», afirmação que foi contestada por alguns consócios.

Por fim, sugeriu-se a criação de uma «Secção de Arqueologia Olisiponense».

SESSÃO DE 13 DE FEVEREIRO DE 1924

O Presidente informou que a Assembleia geral deliberou manter a Secção de Arqueologia Lisbonense; César da Silva salientou a «forma criteriosa» seguida por Matos Sequeira na defesa da manutenção da Secção e, se a ideia de a manter não tivesse vencido, devia criar-se o «Grupo de Amigos de Lisboa (!)» porque, a despeito de tudo, é isso que esta Secção representa».

Na acta ficou um parecer da Secção louvando o «Grémio Técnico Português» «pela sua interferência na reconstrução da ala incendiada da Praça do Comércio «falando largamente sobre o assunto».

O'Sullivan sugeriu que «se elabore um parecer sobre o assunto». A proposta foi aprovada, por unanimidade, ficando encarregado o Engenheiro Vieira da Silva de servir de relator do referido parecer a submeter, ulteriormente, à Assembleia Geral da Associação.

17 DE JUNHO DE 1924

Não houve sessão.

SESSÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 1924

Presidente: Jesuíno Ganhado
Secretariado: Manuel Cardoso Marta
O consócio Pereira Machado informou que num prédio da Rua dos Caetanos «foi encontrada uma lápide tumular cuja legenda indica estar sepultada, por debaixo dela, D. Eulália Júlia Raton, neta de Jácome Raton das *Recordações*». Tem a data de 1819. O terreno desta casa foi conquistado ao Convento dos Caetanos; Cardoso Marta ocupou-se, largamente, dos azulejos das áreas de Santa Catarina, do Poço dos Negros e Rua de S. Bento; Vieira da Silva sugere que devia organizar-se um grande «Álbum de Azulejos Portugueses».

O Presidente chama a atenção dos presentes «para a forma deplorável como são tratados os jazigos dos Cemitérios de Lisboa, porquanto, os operários encarregados da limpeza fazem»

«na com pedra pomes e escovas de arame, fazendo desaparecer os ornatos mais delicados, inscrições, etc.», pedindo que a Direcção comunique o facto à Câmara para esta tomar as necessárias providências.

21 DE NOVEMBRO DE 1924

Não houve sessão por falta de número.

5 DE DEZEMBRO DE 1924

Não houve sessão por falta de número.

SESSÃO DE 9 DE JANEIRO DE 1925

Trocaram-se impressões sobre uma vista de Lisboa, publicada no «Diário de Notícias» (*) e que é a mesma de que se ocupou Vieira da Silva na sua conferência de 23 de Dezembro do ano findo (1924).

Sugeriu-se que a vista, acompanhada da Conferência, fosse publicada no Boletim podendo, assim, «servir de elemento de receita para a Associação» por parte do público, amante de antiguidades, «desde que fosse posta à venda a cópia da mesma vista».

23 DE JANEIRO DE 1925

Não houve sessão por falta de número.

6 DE FEVEREIRO DE 1925

Não houve sessão por falta de número.

SESSÃO DE 17 DE ABRIL DE 1925

Presidente: Jesuíno Ganhado
Secretário: Cardoso Marta
O consócio Ferreira Lima apresentou uma proposta no sentido de ser alterado o letreiro da Rua Bartolomeu da Costa, aduzindo que «o célebre engenheiro» nasceu em 1732 e não em 1731 e que, além de engenheiro militar, foi principalmente artilheiro.

E assim, propõe que o letreiro da rua seja redigido da forma seguinte: *Rua / de Bartolomeu da Costa / Artilheiro e Engenheiro militar / Fundidor da Estátua Equestre / De El-Rei D. José / 1732-1801*.

Foi aprovada e enviada à Direcção «para lhe dar cumprimento».

Cardoso Marta, com destino ao Museu Olisiponense, «apresentou um maço de antigos bilhetes de teatro, bilhetes de eléctrico e outros, registos de santos, planos e bilhetes de lotaria do séc. XVIII, antigos recibos de décimas e rendas de casa, bentinhos, etc.

LIVRO IV
SECÇÃO DE ESTUDOS
OLISIPONENSES
(1925-1933)

SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 1925

Acta da instalação e posse da Secção de Estudos Olisiponenses. Assumiu a presidência o Dr. Luís Xavier da Costa, presidente da Associação, sendo secretariado por José Paulo Pereira.

Ao iniciar-se os trabalhos, o presidente da sessão declarou que, «pela forma estatutária», se deslocou ali a fim de instalar a *Sexta Secção da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Estudos Olisiponenses).

Procedeu, em seguida, à leitura das disposições regulamentares da Secção, dos seus fins e ao modo como hão-de processar-se os trabalhos nela produzidos.

O Dr. Xavier da Costa enalteceu a actividade desenvolvida pela extinta Secção de Arqueologia Lisbonense e traçou, encomiasticamente, o perfil, moral e intelectual, de alguns dos consócios já falecidos, de entre os quais destacou a figura de José Queirós.

Xavier da Costa teve, em seguida, palavras de apreço para Matos Sequeira «como sendo adentro da Secção quem mais e melhor tem trabalhado para o brilho e prestígio da mesma», citando ainda a acção de Vieira da Silva, Alberto de Sousa, Jesuino Ganhado e de outros, «findo o que, declarou instalada a Secção».

Procedeu-se, em seguida, à eleição do «Corpo dirigente» (sic) cujo resultado foi o seguinte: Presidente – Gustavo de Matos Sequeira; Vice-Presidente – Vieira da Silva; Secretário – Luis Betencourt; para Conservador – Jesuino Ganhado.

Tomou, desde logo, a presidência, Matos Sequeira que agradeceu ao Dr. Xavier da Costa as referências que dirigiu à Secção na pessoa dele, actual presidente.

Foi recebida uma carta de Vieira da Silva justificando a sua não comparência à sessão, a qual foi, imediatamente, encerrada.

SESSÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 1925

Reuniu sob a presidência de Vieira da Silva, Vice-Presidente, servindo de secretário José Paulo Pereira.

Ganhado declarou ter-lhe constado que a Câmara Municipal de Lisboa estava a estudar, no sentido de alargamento, a modificação do Arco da Bandeira; propôs, e foi aprovado, que a Secção protestasse contra esse projecto, em consequência do valor histórico,

«... a modificação do Arco da Bandeira...»

Aspecto do Arco Bandeira, na face meridional do Rossio.
O seu valor arquitectónico justifica inteiramente que não se concordasse com o seu alargamento





«... reconstituição de um mercado seiscentista, no Largo de S. Domingos, cujos organizadores foram os consórcios Matos Sequeira e Alberto de Sousa...»

que descreveu sucintamente, do Arco; o consócio José Augusto Neves referiu-se às sucessivas alterações dos nomes das Ruas de Lisboa, preconizando que se conservem os nomes primitivos.

Propôs — e foi aprovado — que a Comissão de toponímia camarária participasse um delegado da Associação.

César da Silva referiu-se à reconstituição de um mercado seiscentista, no Largo de S. Domingos, cujos organizadores foram os consócios Matos Sequeira e Alberto de Sousa, enaltecendo a ideia da reconstituição, «através de tão belo trabalho, de um trecho citadino daquela época; (*) Mena Júnior referiu-se ao mau estado em que se encontra a encadernação do livro «Monumentos Sacros», de Luís Gonzaga Pereira, existente na Biblioteca Nacional, tendo o presidente informado que o Director daqueles Serviços, Dr. Jaime Cortesão, está a estudar a reimpressão dessa obra; José Paulo Pereira traçou a biografia do consócio Dr. Artur Lamas, recentemente falecido, salientando «as superiores qualidades morais e intelectuais» do extinto.

SESSÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1925

O Presidente declarou existir na Alfândega de Lisboa uma balança do tempo de D. João V, sugerindo que a mesma seja entregue ao Museu da cidade.

Quirino da Fonseca diz que o Sr. Pereira de Carvalho elaborou um trabalho representando, em relevo, uma parte de Lisboa, e que está disposto a cedê-la para figurar numa exposição por ocasião das festas da Cidade (Junho).

SESSÃO DE 23 DE JANEIRO DE 1926

D'Ornellas leu um protesto contra a orientação das obras na Igreja da Graça que «classificou de vandalismo de lesa-arte». Ganhado lamenta que a Câmara omitisse a representação de um elemento da Associação — em cuja sede está instalado o Museu da Cidade — uma Comissão (que não nomeia) designada pela edilidade lisboeta; porém, Sullivand é de parecer «não manifestar esse sentimento à Câmara, embora ele também sinta esse desgosto; Mena Júnior propôs — e foi aprovado — um voto de louvor a Roque Gameiro pela excelente obra «Lisboa Velha», que acaba de publicar.

SESSÃO DE 20 DE FEVEREIRO DE 1926

O Dr. César Santos declarou ter visto no Museu de Pintura de Ihaya um

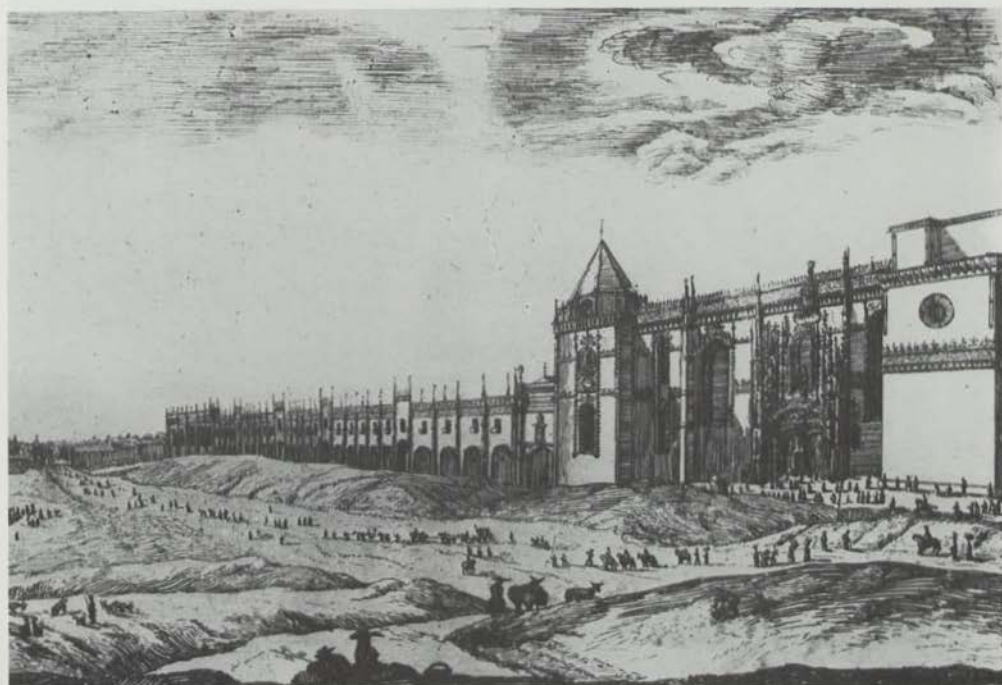
quadro do pintor holandês Dirk Stroop (que viveu em Portugal no século XVII) «representando uma vista antiga dos Jerónimos»; Luciano Freire refere-se aos objectos de cerâmica descobertos na cerca do Palácio dos Condes de Almada. Foi ventilado o problema do abastecimento de água a Lisboa, antes da construção do Aqueduto das Águas Livres, informando Vieira da Silva que, no tempo de Francisco de Holanda, houve um projecto destinado a utilizar os canos dos Romanos na condução de água para abastecimento da Capital; Ganhado propôs que a Secção reúna quinzenalmente.

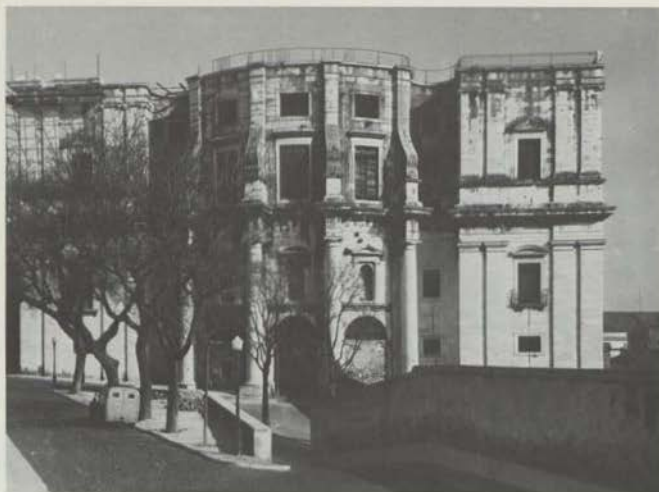
SESSÃO DE 20 DE MARÇO DE 1926

Foram tratados alguns problemas internos, nomeadamente, o da organização de uma exposição comemorativa das festas da cidade de Lisboa (Junho).

José Augusto Neves lamenta o facto de alguns dos nossos monumentos estarem encobertos por plantas trepadeiras (como por exemplo os Jerónimos). O mesmo consócio salienta a valorização do Rossio, onde o abate das árvores pôs em destaque o edifício do Teatro Nacional e propõe que o assunto seja mais largamente tratado, numa próxima reunião.

«... um quadro do pintor holandês Dirk Stroop (que viveu em Portugal no séc. XVII) representando uma vista antiga dos Jerónimos



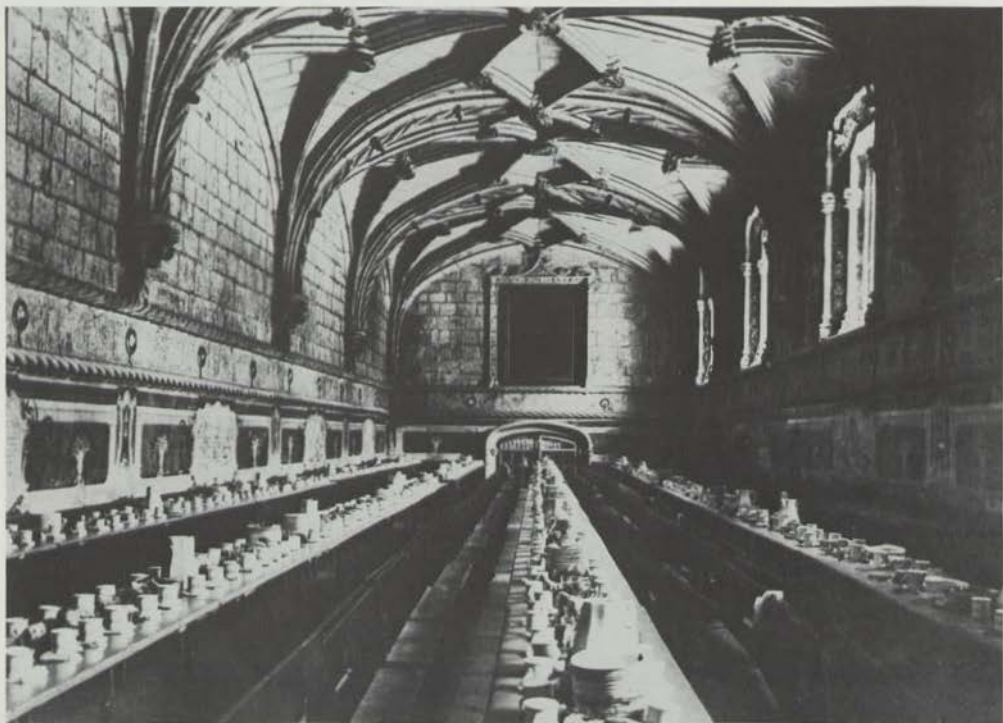


«... se instale na Igreja de Santa Engrácia o Panteon Nacional...»

Fotografia da igreja de Santa Engrácia, anteriormente aos trabalhos recentemente executados reparando e concluindo o edificio. Já por lei de 29 de Abril de 1916 tinha sido destinada a Panteon Nacional

«... transformar o refeitório do antigo Convento dos Jerónimos em Panteão Nacional...»

O refeitório do Convento dos Jerónimos, o qual serviu durante muito tempo de refeitório da Casa Pia de Lisboa



SESSÃO DE 20 DE ABRIL DE 1926

Presidente: Vieira da Silva
Secretário: Luís Bettencourt

Mena Júnior sugere que a Secção proteste contra os destroços e mutilações a que está sujeita parte do antigo Convento dos Jerónimos onde, presentemente, está instalada a Casa Pia, em consequência da acção nefasta dos alunos do mesmo estabelecimento de ensino. Do assunto ocuparam-se, também, Ganhado e o Comandante Quirino da Fonseca que defendeu a instalação da Casa Pia noutra local. Cardoso Marta sugere que se instale na Igreja de Santa Engrácia o Panteão Nacional «a fim de as cinzas de homens ilustres que se encontram espalhadas pela cidade, ali fossem recolhidas condignamente».

Quirino da Fonseca declara que a Casa Pia tenciona transformar o refeitório do Antigo Convento dos Jerónimos em Panteão Nacional, ideia essa contra a qual protestou. O Presidente declarou que este caso devia ser tratado em conjunto pelo Comandante Quirino da Fonseca — o que foi aprovado.

SESSÃO DE 22 DE MAIO DE 1926

O Presidente enalteceu a obra do consócio Alberto de Sousa acerca da reprodução do traje popular, em Portugal, nos séculos XVI e XVII, inspirada em estampas e quadros antigos difíceis de encontrar. Em nome da Secção, formulou votos no sentido daquele pintor prosseguir a sua obra — o que foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Coronel-Engenheiro Vieira da Silva, refutou uma citação de Paulo Freire, feita na sua obra sobre a Igreja dos Anjos, lendo um trabalho seu acerca de antigos cronistas que se referem à Lisboa Antiga, em especial Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

Quirino da Fonseca apresentou um número do PANORAMA, de 1840, contendo uma gravura representando a Torre de Belém, semelhante ao quadro a óleo existente na Liga Naval, cuja representação fotográfica apresentou sendo muito apreciada.

SESSÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1926

Ganhado — eximindo-se a apresentar razões justificativas e declarando estar melindrado com determinadas arrumações, promovidas no Museu sem o seu conhecimento — apresentou a demissão do cargo de conservador; Paulo Pereira propôs um voto de louvor a Ganhado — «dando-se a matéria por discutida».



«... na sua obra sobre a Igreja dos Anjos...»

A Igreja dos Anjos antes de ser transferida em virtude de abertura da Avenida Almirante Reis e depois dessa transferência, tal como se apresenta actualmente

«... no sentido de se sepultar sob o Arco da Rua Augusta Dois Soldados Desconhecidos...»

Foi a inspiração no túmulo do Soldado Desconhecido de Paris, colocado sob o Arco do Triunfo, que levou a pensar-se em colocar sob esse arco, o Arco do Triunfo de Lisboa, esse túmulo.



Ribeiro Cristino — a propósito de um artigo do «Diário de Lisboa» protestando contra o boato, que corria, no sentido de sepultar sob o Arco da Rua Augusta «Dois Soldados Desconhecidos» — sugere que seja suprimida a linha dos eléctricos, que prejudica a estética e segurança daquele monumento, e bem assim que se proíba, também o trânsito pelo local de outros veículos.

A Secção aprovou um voto no sentido de que a Câmara procure obter o desvio do trânsito sob o Arco Triunfal da Rua Augusta.

SESSÃO EM 18 DE DEZEMBRO DE 1926

Na ausência dos Presidentes e Vice-Presidente (respectivamente Matos Sequeira e Vieira da Silva), presidiu o Conservador Jesuíno Ganhado — secretariado pelo secretário Luis Betten-court.

O Comandante Quirino da Fonseca manifestou a sua discordância em relação a uma proposta de Cristino da Silva no sentido de se construir o monumento aos Mortos da Grande Guerra sob o Arco da Rua Augusta. Atendendo «ao aumento de trânsito que se verifica em todas as grandes capitais do Mundo civilizado» ele, orador, perfiha a ideia de que o monumento deve ser erguido fora do bulício da Cidade. O consócio O'Sullivan'd declarou, por sua vez — embora o muito respeito que tem por Cristino da Silva — que, se estivesse presente na última reunião, votaria, também, contra a proposta, «por discordar dela, pois em seu parecer o Arco é apenas um ornamento da Praça; Paulo Pereira enalteceu a obra que o Comandante Quirino da Fonseca está a realizar, na qualidade de Vereador do pelouro de Engenharia da Câmara de Lisboa, propondo um voto de saudação e louvor àquele consócio — unanimemente aprovado.

Novamente no uso da palavra, Quirino da Fonseca informou sobre o projecto de valorizar a «Casa dos Bicos», transformando-a em Museu.

SESSÃO DE 15 DE JANEIRO DE 1927

Tem algumas presenças; contudo, não foi exarada a respectiva Acta.

19 DE MARÇO DE 1927

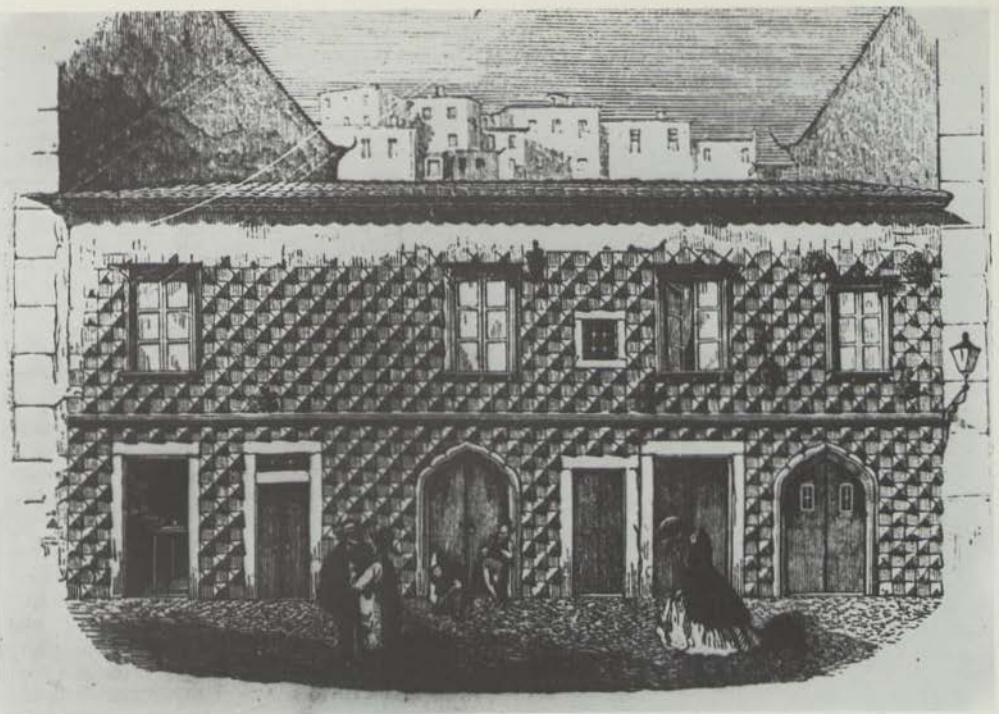
Não houve sessão (seis presenças).

SESSÃO DE 23 DE ABRIL DE 1927

Presidente: Coronel-Engenheiro Vieira da Silva

Secretário: Ernesto Soares

Jesuíno Ganhado declarou não con-



cordar com a resolução da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de instalar o Museu da Cidade na Casa dos Bicos, além do mais, «pela estreiteza do local». Propôs que se proceda a obras de adaptação da Igreja do Menino Deus, onde o recheio do Museu poderia ser integrado, «em vista da ampliação do local e da sua situação no seio da Velha Lisboa». A proposta — posta em discussão — foi aprovada por unanimidade.

Continuando no uso da palavra, *Jesuino Ganhado lembrou — o que já tinha sido exposto, em sessão anterior — que o Monumento a Júlio de Castilho devia ser construído no Largo de Santa Luzia «sobre os restos da antiga muralha mourisca».*

O Presidente informou que a Biblioteca Nacional de Lisboa vai reimprimir o livro de Gonzaga Pereira sobre «Monumentos Sacros», «obra da mais alta importância, pois consta de 128 desenhos».

SESSÃO DE 21 DE MAIO DE 1927

O Presidente (Vieira da Silva) informou que a obra de Gonzaga Pereira sobre os «Monumentos Sacros...» continua em execução na Biblioteca Nacional; Jesuino Ganhado insiste na sua

sugestão, apresentada anteriormente, com vista à construção no Largo de Santa Luzia do Monumento a Júlio de Castilho (2.º Visconde de Castilho): «que ainda, acerca do local, se promova uma homenagem a tão ilustre filho da Cidade, pois fica no coração da sua Lisboa Antiga, dominando toda essa parte que tantos encantos e recordações invoca das eras passadas». Preconiza a ideia de a proposta ser submetida à apreciação da Assembleia Geral — o que foi aprovado por unanimidade.

Por proposta do Dr. Trancoso — aprovada, também, por unanimidade — ficou resolvido oficial ao Sr. Joaquim de Carvalho da Biblioteca (sic) da Universidade de Coimbra, felicitando-o pelo trabalho «que apresentou e que serve de padrão à histórica portuguesa «As memórias de Castilho». (*)

SESSÃO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1927

O consócio Paulo Pereira informou que na Assembleia Geral da Associação foi nomeada uma Comissão, promotora da subscrição, com vista à inauguração do monumento ao 2.º Visconde de Castilho.

Em seguida, o consócio Ernesto Soares pediu um voto de congratulação

«... no sentido de instalar o Museu da Cidade na Casa dos Bicos...»

A Casa dos Bicos, segundo uma gravura de madeira do «Arquivo Pitoresco». Este era o seu aspecto em 1927, verificando-se como era na verdade o edifício exigido para aí se instalar o Museu da Cidade.

A gravura foi executada a partir de um desenho de Nogueira da Silva



«... a inauguração do monumento ao 2.º Visconde de Castilho...»
O busto de Júlio de Castilho no Jardim de Santa Luzia.

Foi inaugurado no dia 25 de Julho de 1929

pelo «aparecimento» da obra «Monumentos Sacros de Lisboa», da autoria de Luís Gonzaga Pereira, salientando que, a nova edição, contém um prefácio do Coronel-Engenheiro Vieira da Silva, «nosso consócio e que presidia à sessão, que veio valorizar a publicação dando notícia de obras e factos que jaziam no esquecimento». O Presidente agradeceu mas solicitou que os louvores fossem endereçados à Biblioteca Nacional de Lisboa, que envidou os melhores esforços no sentido de a obra ser publicada.

Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade.

O consócio Azevedo Pires ofereceu, por intermédio da Secção, numerosas obras (um pergaminho contendo uma carta de exame de ofício de latoeiro, um número de GAZETA, de Maio de 1643, etc.) destinadas à Biblioteca. (Secção de Diplomática e Bibliografia).

SESSÃO DE 22 DE AGOSTO DE 1927

Presidente: Vice-Presidente, Coronel-Engenheiro Vieira da Silva

Secretário: Ernesto Soares

O Presidente informou que o Ministro das Finanças «já cedeu à Câmara Municipal de Lisboa o terreno para o Monumento a Júlio de Castilho, em Santa Luzia». (*Porta do Sol*). (?)

Ganhado declarou que a Igreja de Santa Luzia, não representando qualquer manifestação de arte ou interesse cidadão, devia ser demolida para alargamento e aformoseamento do local, destinado ao Monumento».

16 DE JANEIRO DE 1928

Não se realizou a sessão por não ter podido comparecer o Sr. Vieira da Silva.

22 DE MARÇO DE 1928

Idem.

19 DE ABRIL DE 1928

Não houve sessão por falta de número.

SESSÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1928

Presidente: Mena Júnior; «por ser o sócio mais antigo e não ter comparecido membro algum do triénio transacto».

Secretário: Frazão de Vasconcelos.

Foi aprovada a acta de 22 de Dezembro de 1927 (não consta do livro). Procedeu-se à eleição da Mesa para o triénio de 1928-1931 tendo sido eleitos os consócios seguintes:

— *Presidente* — Coronel Augusto Vieira da Silva.

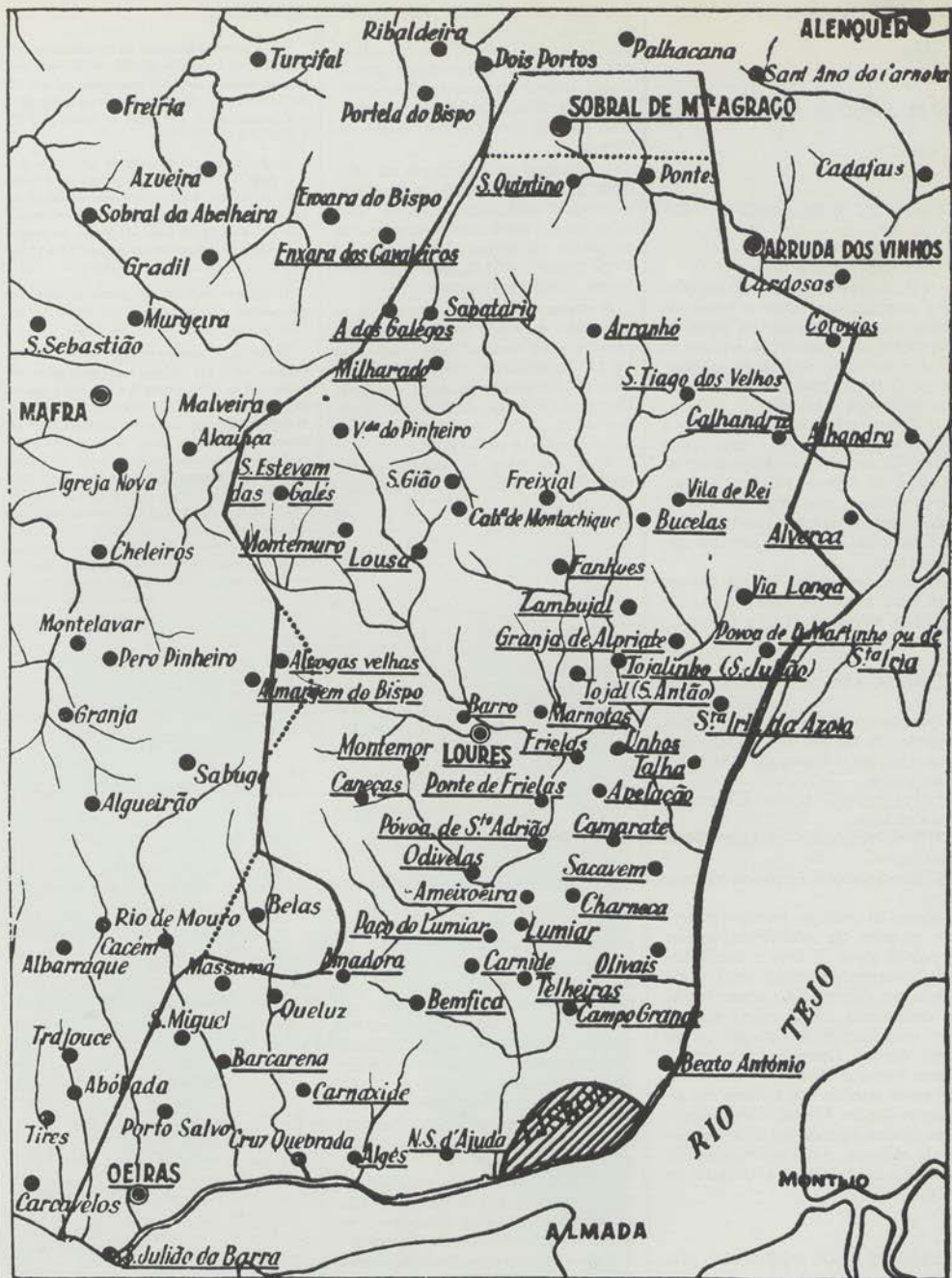
— *Vice Presidente* — Doutor Carlos Santos.

— *Secretário* — José Artur Bácia, por unanimidade e, *conservador*, por maioria — «com exclusão apenas do seu voto» — António César Mena Júnior.

Feita a proclamação — e tendo nesse momento dado entrada na Sala o Doutor Laranjo Coelho, presidente da Associação — este senhor pediu a palavra para cumprimentar os novos dirigentes da Secção, fazendo votos para que a mesma «reate as suas belas tradições, entrando numa nova fase de actividade para honra dos seus membros e brilho da Associação».

17 DE JANEIRO DE 1929

Não se realizou a sessão por falta de de número.



«... uma comunicação sobre o termo de Lisboa...»

Reconstituição da área do termo de Lisboa, como foi delimitado em 1742, executada pelo Eng.º Augusto Vieira da Silva 63

21 DE JANEIRO DE 1929

Idem.

20 DE JUNHO DE 1929

Idem.

SESSÃO DE 20 DE JUNHO DE 1930

Presidente: Vieira da Silva
Secretário: Luciano Ribeiro

José Augusto Neves apresentou uma comunicação sobre o termo de Lisboa, informando existir na ponte de Alfaroqueira uma transcrição em que se lê: «Fim do termo de Lisboa», do tempo de D. Maria I, transcrevendo, a seguir, na íntegra o seu teor.

O mesmo consócio comunica que a referência ao «termo de Lisboa» pode ler-se, igualmente, no Regimento do Hospital de Todos-os-Santos (1504), regulamentando que as pessoas, a receber naquele Hospital, sejam naturais de Lisboa ou que «adoçam até dez léguas dela».

O consócio Doutor Oliveira Guimarães falou acerca do conceito popular de Santo António, S. João e S. Pedro.

SESSÃO DE 8 DE DEZEMBRO DE 1931

Procedendo-se à eleição dos corpos dirigentes da Secção de Estudos Olisiponenses para o triénio de 1931-1934, foram eleitos:

- 1) Presidente — Coronel-Engenheiro Vieira da Silva.
- 2) Vice-Presidente — Augusto César Mena Júnior.
- 3) Conservador — Frazão de Vasconcelos.

Acerca da inscrição «termo» de Lisboa, da ponte de Alfaroqueira, usaram da palavra Vieira da Silva e Cunha Saraiva, concordando ambos sobre a extensão do «termo» de Lisboa; Frazão de Vasconcelos referiu alguns dos nomes, «dos maiores de Portugal» — tais como Afonso Henriques, D. João I, Duarte Pacheco Pereira — que ainda não foram inscritos nos letrados das artérias da Capital. A estes nomes, Rodrigues Simões acrescentou o de Francisco de Holanda, autor quincentista da «Fábrica que falece à Cidade de Lisboa».

SESSÃO DE 30 DE JANEIRO DE 1932

Aberta a sessão, o consócio Rodrigues Simões — a propósito do projectado Monumento ao Doutor António José de Almeida — referiu-se à péssi-

ma colocação de alguns monumentos de Lisboa, dificultando alguns deles o trânsito e prejudicando até a estética dos arruamentos. Concordando com o orador, usaram da palavra o Presidente (Vieira da Silva), Dr. Luciano Ribeiro, José Augusto Neves e João Jardim de Vilhena.

A propósito da descoberta da chamada galeria subterrânea da Trindade, o consócio José Augusto Neves informou que a mesma constituía um ramal da galeria do Loreto e «não como o vulgo pensa», uma ligação entre conventos (Carmo e Trindade).

A galeria do Loreto — acrescenta — bem como o Campo de Santana, a Esperança e as Necessidades, num total de 12 quilómetros, constituíam uma rede de distribuição de água, a Lisboa Central e Ocidental, recebida do Aquecimento de D. João V, estendendo-se desde o Intendente até Alcântara.

Após uma troca de impressões sobre a comunicação, o Presidente encerrou a sessão.

SESSÃO DE 26 DE JULHO DE 1932

Presidente: Augusto Vieira da Silva
Secretário: Frazão de Vasconcelos

O Presidente informou que «em vista do pedido de demissão insistente do Secretário e do Conservador da Secção», iria proceder-se à eleição para o preenchimento desses cargos. Foi designado escrutinador o consócio Cardoso Marta tendo entrado na urna oito listas.

O resultado da eleição foi o seguinte:

Secretário — Luis Pastor de Macedo, com oito votos e

Conservador — José Maria Cordeiro de Sousa, com cinco votos.

Sendo dada a palavra a Cardoso Marta, este consócio lamentou «a pouca animação que a Secção Olisiponense tem tido, estranhando o reduzidíssimo número das suas sessões». A seguir referiu-se à reedição de uma interessante colecção de cartas, do pastor sueco Rüdgers, do séc. XVIII, publicadas, há anos pelo «Diário de Notícias», numa tradução de António Feijó, e reeditadas, agora, pela revista «Feira da Ldra», facto com o qual se congratulou o Presidente.

Frazão de Vasconcelos propôs — o que foi aprovado por aclamação — que se registasse na Acta a presença do «ilustre consócio Sr. Conde de Tovar».

Nota, assinada pelo Secretário-Geral António Machado de Faria:

«O regulamento interno da Associação de Arqueólogos Portugueses, aprovado em Portaria n.º 7594, de 3 de Junho de 1933, extinguiu esta secção».

NOTAS

(¹) As primeiras hipóteses de construção de um metropolitano remontam a 1888; no entanto, depois de diversos projectos irrealizados, só em 29 de Dezembro de 1959 ele veio a ser inaugurado (Cfr. Vasco Callisto, «As rodas da capital», pp. 82 e 132). (F.S.)

(²) A inauguração efectuara-se em 10 de Junho, pelas 11 horas, com a presença de António José de Almeida, estando o Museu instalado na sala que ocupa o altar-mor do velho mosteiro (Cfr. Dr. Jaime Lopes Dias, «O Museu da cidade de Lisboa», in «Revista Municipal», n.ºs 11 e 12 do ano III — 1.º e 2.º trimestres de 1942).

O discurso proferido por Matos Sequeira na inauguração está transcrito a pág. 89 do n.º de 1922 de «Arqueologia e História». (F.S.)

(³) Como se sabe, o «Grupo dos Amigos de Lisboa» teve a sua primeira assembleia geral em 18 de Abril de 1936, extinta já o que fora a operosa Secção de Estudos Olisiponenses. De uma certa continuidade entre uma e outra testemunham as palavras transcritas de César da Silva bem como as seguintes de Teodoro Lopes Ramos: «É gostoso e faz bem recordar os primórdios da ideia, ventilada pela primeira vez por José Queirós, criando a Secção de Arqueologia Lisbonense na Associação dos Arqueólogos Portugueses (...)» (in «Olisipo», Abril de 1961). Essa continuidade ressalta também da constituição da primeira Junta Directiva do Grupo: Gustavo de Matos Sequeira, Luis Pastor de Macedo, Dr. Eduardo Neves, Dr. Alberto Mac-Bride, Dr. Eugénio Mac-Bride, Norberto de Araújo, Mário de Sampaio Ribeiro, Leitão de Barros.

Registe-se que a consulta dos arquivos do «Grupo dos Amigos de Lisboa» foi amavelmente facultada pelo Senhor Dr. Paulo Caratão Sornomino e tornada fácil e rápida pela proficiência e gentileza de senhores daquela associação. (F.S.)

(⁴) É a gravura da crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão e ilustrava artigo de Vieira da Silva publicado no dia 1 de Janeiro. (F.S.)

(⁵) Notícia detalhada do mercado é dada pelo «Diário de Lisboa», em 10 e em 24 de Outubro de 1925. Apartamentos gráficos com algum interesse constam dos números de 25 de Outubro e de 1 de Novembro de 1925 do «Domingo Ilustrado». (F.S.)

(⁶) Há equívoco na referência à Biblioteca da Universidade: o Professor Joaquim de Carvalho foi, sim, director da Imprensa da Universidade, mais tarde extinta e incorporado o seu recheio bibliográfico na Imprensa Nacional de Lisboa. (J.P.)

(⁷) O monumento foi inaugurado em 25 de Julho de 1929. (F.S.)

SUMARIAÇÃO
DE JOAQUIM PARRO

NOTAS
DE FRANCISCO SANTANA
E JOAQUIM PARRO

ILUSTRAÇÃO E LEGENDAS
DE F. CASTELO-BRANCO

«... projecto do Monumento ao Doutor António José de Almeida...»
Aspecto actual desse monumento, tal como foi construído





VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ÁUSTRIA

Lisboa, 3 de Abril — Sessão de Boas-Vindas,
no Palácio da Mitra,
ao presidente da República da Áustria
Rudolf Kirchschläger.

Na oportunidade, o Presidente da C.M.L.,
Eng.º Nuno Abecasis,
entrega ao ilustre visitante a Chave de Honra da Cidade
e o respectivo diploma



Salão Nobre dos Paços do Concelho, 18 de Abril — cerimónia de assinatura do contrato do 1.º programa de recuperação das áreas degradadas do Alto do Lumiar

ALTO DO LUMIAR: RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS

No dia 18 de Abril teve lugar nos Paços do Concelho a cerimónia de assinatura do contrato do 1.º Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Alto do Lumiar, celebrado entre a Câmara e a «PROCONSTRÓI», adjudicatária em associação com um grupo de empresas. Assistiram ao acto o Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares e o Vice-Primeiro-Ministro, Prof. Mota Pinto.

No discurso proferido na ocasião o presidente da Câmara salientou que «...o programa do Alto do Lumiar é o mais significativo e grandioso acto que alguma vez se praticou em Portugal para acabar de vez com as degradadas e degradantes condições de vida de muitos milhares de portugueses, em Lisboa».

Este programa incide sobre uma área de 300 hectares na qual serão edificadas 20 500 habitações, sendo 3300 para realojamento das famílias que habitam nas zonas degradadas da Musgueira-Norte e Sul, Calvanes, Quinta do Louro e Quinta Grande. Esta

nova urbanização permitirá que sejam instaladas no local cerca de 100 mil pessoas.

O plano, que envolve um investimento global da ordem dos 83,5 milhões de contos a preços de 1984 deverá estar concluído no prazo de 15 anos e inclui a construção de todo o equipamento necessário à vida da nova comunidade, nomeadamente, 9 escolas

primárias, 6 piscinas e pavilhões desportivos cobertos, 3 mercados, 19 parques infantis, 14 creches e infantários, um quartel de Bombeiros e três esquadras para a P.S.P., bem como postos de saúde. Igualmente os acessos àquela zona serão melhorados com a construção de uma via rápida e uma estrada principal que assegurarão um rápido acesso ao centro da cidade.

Aspecto actual do Bairro da Musgueira



**Sr.ª MARGARET THATCHER,
PRIMEIRO-MINISTRO
DO REINO UNIDO, EM LISBOA**

A Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, sr.ª Margaret Thatcher visitou em 18 de Abril a Câmara Municipal de Lisboa. No discurso de boas-vindas, que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Presidente da Câmara aludiu à história comum dos dois povos e às realizações conseguidas quando ligam os seus destinos. «Foi assim nos Descobrimientos», disse o eng.º Nuno Abeçacis, e «poderá sê-lo amanhã quando Portugal for parte inteira e por direito associado dessa Europa que é urgente construir e de que o Reino Unido é figura grande».

Na oportunidade, o Presidente da Câmara entregou à sr.ª Margaret Thatcher a Chave de Honra da Cidade.

Um momento da sessão de Boas-Vindas a Sua Excelência o primeiro-ministro Britânico, senhora Margaret Thatcher





LISBOA — 6 DE MAIO — PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE

**CÂMARA ADJUDICA
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA
INTERCEPTOR DE ESGOTOS
DA CIDADE**

Em reunião extraordinária efectuada em 30 de Maio, a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar provisoriamente à firma «Construções Técnicas» os trabalhos de construção do sistema interceptor de esgotos da cidade, seu tratamento e destino final, empreendimento que vai custar cerca de três milhões de contos, prevendo-se a sua conclusão em 1988.

Esta decisão da Câmara, de alcance histórico para a cidade ao satisfazer uma necessidade pública considerada inadiável depois de longos anos de estudo e de adiamento de soluções, fundamenta-se na urgência em reduzir o preocupante nível de poluição do estuário do Tejo, promovendo a sua recuperação e preservação em tempo.

Devolver a vida ao Rio





O Presidente da Câmara Municipal despede-se do ilustre visitante à porta dos Paços do Concelho

**JOÃO BERNARDO VIEIRA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DA GUINÉ-BISSAU**

«Lisboa, cidade da aventura, do humanismo e da descoberta, orgulha-se de ter assinado, nos Paços do Concelho da vossa capital, a 31 de Maio de 1983, o tratado que a geminou com Bissau e fundiu mais um elo na cadeia de geminações que, de Macau à cidade da Praia, vai juntando, para esta nova

arrancada de civilização e de progresso, todas as capitais ou as mais importantes cidades dos nossos países», disse o Presidente da Câmara por ocasião da sessão de boas-vindas, ao Presidente da República da Guiné-Bissau, Comandante Bernardo Vieira, que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho em 5 de Junho.

O ilustre visitante, no seu discurso, avaliou o peso das comunidades portuguesas no Mundo como a confirmação da versatilidade e abertura do povo português aos contactos com outras gentes e outras nações e considerou ser necessário que a cultura assumia papel de destaque no relacionamento bilateral. Por ocasião desta sua visita aos Paços do Concelho, o Presidente da República da Guiné-Bissau foi agraciado com a Chave de Honra da Cidade.

10 DE JUNHO — DIA DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES

O Presidente da Câmara depõe uma coroa de flores na base do Monumento a Luis de Camões



13 DE JUNHO

PROCISSÃO DE SANTO ANTÓNIO PERCORREU VIELAS DE ALFAMA

Mais uma vez, a procissão de St.º António percorreu em 13 de Junho as ruas e vielas de Alfama, prosseguindo, assim, uma tradição que, após largos anos de interregno, foi reatada em 1982. Milhares de devotos acompanharam o andor do padroeiro de Lisboa, o qual foi transportado aos ombros por elementos do Batalhão de Sapadores Bombeiros até ao exterior da Igreja.

A procissão, na qual se integraram o Presidente da Câmara e vereadores, demorou cerca de uma hora e já no regresso da imagem de St.º António à sua Igreja, teve uma pausa na Sé, onde o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, presidiu a um solene «Te-Deum».

Aspecto da procissão junto à igreja de St.º António





**ACORDOS DE GEMINAÇÃO
LISBOA REFORÇA
COOPERAÇÃO COM MAPUTO**

Em Junho teve lugar nos Serviços de Salubridade e Transportes, a cerimónia de entrega ao embaixador de Moçambique em Lisboa de uma viatura de remoção de lixos e respectivo equipamento de accionamento hidráulico, destinada a renovar a frota de remoção da cidade gémea de Maputo. Ao acto esteve presente o Presidente da Câmara, Nuno Abecasis, e constituiu mais um passo concreto desenvolvido no âmbito do acordo assinado entre as duas cidades.

O Presidente da Câmara Municipal na cerimónia de entrega ao Embaixador da República Popular de Moçambique de um camião para recolha de lixo



PRÉMIOS LITERÁRIOS MUNICÍPIO DE LISBOA

«Estas obras (...) ficarão no futuro a marcar a literatura portuguesa», disse Nuno Abecasis na cerimónia de entrega, em Junho, dos «Prémios Literários Município de Lisboa» de 1983 (obras publicadas em 1982).

Na modalidade de romance foram galardoados, *ex-aequo*, Lídia Jorge, autora de «Cais das Merendas» e José Saramago, autor de «Memorial do Convento». O prémio de poesia foi atribuído a António Osório, pelo livro «Décima Aurora».

Na mesma ocasião foram igualmente entregues os Prémios «Júlio de Castilho» a Fernando Castelo Branco pela sua obra «Lisboa vista pelos estrangeiros» e «Júlio César Machado» ao jornalista Meira da Cunha por diversos artigos publicados no jornal «A Capital» com referência aos bairros tradicionais de Lisboa.

Salão Nobre dos Paços do Concelho, 15 de Junho:
Cerimónia de entrega
dos Prémios Literários «Município de Lisboa»

RAINHA DA DINAMARCA EM LISBOA
28 de Junho

Sua Magestade a Rainha Margarida II da Dinamarca em visita oficial entra nos Paços do Concelho acompanhada do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis



IV FESTIVAL

DE TEATRO AMADOR

GRUPO DE TEATRO DE CARNIDE
CONTINUA IMBATÍVEL

O Grupo de Teatro de Carnide, com a peça «Joana d'Arc – A Cotovia» de Jean Anouilh (encenação de Bento Martins) foi o vencedor do IV Festival do Teatro Amador de Lisboa, uma iniciativa da C.M.L., que decorreu de 14 a 23 de Julho, no Teatro de S. Luiz.

Em 2.º lugar classificou-se o Teatro da Caixa – Grupo de Teatro da Caixa Geral de Depósitos com a peça «O Avarento» de Molière, sendo o 3.º lugar atribuído ao GOTA – Grupo Oficina de Teatro, que representou a peça «O Escurial» de Michel Ghelderode.

O Grupo de Teatro de Carnide venceu todas as edições anteriores do Festival, respectivamente, em 1981 com a peça «O Rei Lear» de Shakespeare, em 1982 «Os Anjos e o Sangue» de Bernardo Santareno e em 1983 «O Crime da Aldeia Velha», igualmente de Bernardo Santareno.

«Joana D'Arc» pelo Grupo de Teatro de Carnide





O Eng.º Nuno Abecasis
e D. Francisca Pereira no acto de inauguração
da Rua Amilcar Cabral

Reunião no Palácio Galveias,
no âmbito do Acordo de Gemação entre Bissau e Lisboa.
Presentes o Eng.º Nuno Abecasis,
D. Francisca Pereira e Vereação da C.M.L.



PRESIDENTE DO COMITÉ DE ESTADO DE BISSAU VISITA LISBOA

Para uma visita de trabalho de uma semana, permaneceu em Lisboa, de 25 a 31 de de Julho, a Presidente do Comité de Estado de Bissau, D.ª Francisca Pereira, acompanhada de uma delegação daquele Comité de Estado. A sua estadia na capital proporcionou uma larga troca de experiências sobre a actividade municipal, tendo para o efeito sido efectuadas visitas a diversos serviços municipais (Gabinete Técnico de Habitação, Espaços Verdes, COPRAD, Abastecimentos, etc.).

A culminar esta visita teve lugar no Palácio Galveias uma reunião de trabalho, na qual participou o eng.º Nuno Abecasis e a sua homóloga de Bissau, para elaboração dos termos do desenvolvimento do acordo de gemação celebrado entre as duas cidades.

No dia 26 de Julho, em cerimónia que teve lugar nos Paços do Concelho, a Presidente do Comité de Estado de Bissau foi agraciada com a Chave de Honra da Cidade.



Rua Augusta: para breve a transformação num grande centro de estar e convívio

A Rua Augusta antes do seu encerramento ao trânsito de veículos



RUA AUGUSTA DEVOLVIDA AOS PEÕES

Artéria nobre da cidade, a Rua Augusta foi encerrada oficialmente ao trânsito de veículos no dia 28 de Julho, dando assim cumprimento ao projecto de reordenamento do trânsito na Baixa Pombalina. Esta medida, que surge na sequência de aprofundados estudos entre técnicos da C.M.L. e da Carris, iniciados em 1982 e se insere num plano global de recuperação da zona histórica da cidade, permitiu afectar uma grande área para a circulação de peões, criando, por outro lado, as condições necessárias à sua futura transformação num grande centro de estar e convívio para a população com a implantação de esplanadas e quiosques.

No âmbito deste plano, procedeu-se ao alargamento dos passeios e foram encerradas ao trânsito outras artérias, permitindo assim o estabelecimento de circuitos coerentes e integrados, conduzindo ao aumento da velocidade de circulação dos transportes públicos.

E com a mesma preocupação de aumento da fluidez do tráfego e da segurança, foram adjudicadas importantes obras de reconstrução e repavimentação de artérias, como, por exemplo, a Av. de Berna, Rua do Conde Redondo, Av. Duque de Loulé, etc.



Escola do Restelo:

Um projecto que se pode dizer de vanguarda: horta pedagógica, campo de jogos, salas abertas...

NOVA ESCOLA PRIMÁRIA DO RESTELO

«... Temos que começar a mudar a imagem da escola camarária...», afirmou a vereadora do Pelouro Social da Câmara, Ana Sara Brito, no acto de entrega, em Setembro, à Direcção do Distrito Escolar de Lisboa, da nova escola primária do Restelo, sita na Rua Capitão-Mor Pedro Teixeira.

De facto, Lisboa tem 270 escolas primárias, mas nem todas com os requisitos para fornecer um ensino de qualidade. Daí a preocupação da Câmara em que as novas unidades a instalar disponham das condições ideais para se tornarem num espaço aberto de participação.

Ao todo, a Câmara concluirá este ano seis novas escolas primárias, em cuja construção vai dispende cerca de 300 mil contos.

COMEMORAÇÃO DO 5 DE OUTUBRO



O Presidente da Câmara durante a sua alocação

Na alocação que proferiu da Varanda dos Paços do Concelho, por ocasião da passagem do 74.º aniversário da implantação da República, o Presidente da Câmara fez apelo para que «... transformemos este dia (...) num momento de prestar contas e de reflexão sobre a forma como temos traduzido em actos o nosso amor a Portugal e a nossa vontade de prosseguir num rumo do desenvolvimento, da justiça e da paz. É que, se assim não fizermos, esta cerimónia tornar-se-á vazia de sentido, inútil, mentirosa, porque bem longe andarão os nossos corações das intenções dos que praticaram os actos que estamos a comemorar».

Após aludir ao momento político-social e às dificuldades de inúmeras famílias cujos chefes não têm trabalho ou se o têm não recebem os seus salários, o eng.º Nuno Abecasis disse que «... nada nem ninguém nos poderá ajudar a vencer a crise e a entrar nas vias do desenvolvimento se não começarmos a ajudar-nos, a nós mesmos» para concluir que «não haverá Governo, nem empréstimos, nem Mercado Comum, nem tratados, nem investimentos nacionais ou estrangeiros que possam dispensar ou substituir o nosso próprio esforço».

O Grão-Duque do Luxemburgo
assina o Livro de Honra da Cidade, por ocasião da sua visita
aos Paços do Concelho em 10 de Outubro.
Presentes o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis e Vereadores



MÁRIO DE CARVALHO RECEBE PRÊMIO «CIDADE DE LISBOA»

«Uma das vantagens dos prémios literários é a oportunidade que oferecem de se falar um pouco de literatura e dos seus autores», salientou o escritor Mário de Carvalho ao receber, no dia 17 de Outubro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Prémio «Cidade de Lisboa» atribuído à sua obra «O Livro Grande de Tebas, Navio e Mariana».

O Prémio «Cidade de Lisboa» foi instituído pela Associação Portuguesa de Escritores e é patrocinado pela Câmara Municipal.

Ao fazer a entrega do prémio, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Nuno Abecasis, observou que «todos andamos (como o herói do livro de Mário de Carvalho) à procura de Tebas». «Também este presidente», acrescentou, «anda à procura de uma cidade ideal, tantas vezes descoberta e tantas vezes perdida na neblina».

Salão Nobre dos Paços do Concelho,
em 17 de Outubro
O Presidente da Câmara
procede à entrega do prémio literário
«Cidade de Lisboa»
ao escritor Mário de Carvalho





VISITA DO REI BALDUÍNO DA BÉLGICA

O Rei Balduino assina o livro de Honra da Cidade por ocasião da sua visita aos Paços do Concelho, realizada em 23 de Outubro 85



JUAN ANTÓNIO SAMARANCH
PRESIDENTE DO COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL

Juan António Samaranch recebe a Chave de Honra da Cidade aquando da sua visita aos Paços do Concelho efectuada em 26 de Outubro.

A outorga daquela distinção é feita por ocasião da passagem do 75.º aniversário da adesão de Portugal ao Movimento Olímpico Internacional

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

— ACABAR COM PINTURAS E CARTAZES NAS PAREDES

Estudar e propor à Câmara um conjunto de medidas capazes de acabar com a conspurcação, através de cartazes e pinturas, nas paredes de Lisboa, é o objectivo de uma comissão composta por um membro de cada uma das formações políticas representadas na Assembleia Municipal, deliberou este órgão autárquico na sua sessão de 26 de Outubro. Esta medida vem de encontro a idêntica preocupação já manifestada pelo Executivo Municipal, ao aprovar na sua reunião de 7 de Maio uma proposta do vereador Pinto Machado para a elaboração de uma Postura Municipal que discipline a afixação de suportes publicitários, cartazes e outros materiais gráficos por toda a cidade.

Cartazes no Arco Bandeira (Rossio).



PRÉMIO VALMOR PARA PRÉDIO DO ARCO-ÍRIS

O Prémio Valmor, o mais importante galardão português de arquitectura e o Prémio Municipal de Arquitectura com referência a 1982, distinguiram, respectivamente, o Prédio Arco-Iris, integrado na Urbanização das Olaias e o seu autor, arqt.º Tomás Taveira.

A escolha do júri, tornada pública em Novembro, do qual fazem parte um representante da Câmara, da Associação dos Arquitectos, da Academia de Belas-Artes, da Faculdade de Arquitectura e o vereador do pelouro da Cultura da Câmara, teve presente o reconhecimento, na pessoa de Tomás Taveira, de uma importante forma de intervenção na paisagem de Lisboa, traduzida na valorização do adorno e da herança arquitectónica nacional para recriar o «habitat» português e lisboeta.

Criado em 1902, por legado do Visconde de Valmor, para assinalar o mais belo prédio ou casa edificada em Lisboa, o Prémio Valmor é atribuído anualmente, em simultâneo com o Prémio Municipal de Arquitectura. De valor pouco mais que simbólico – 100 mil escudos –, o galardão constitui, no entanto, um factor de prestígio e já foi atribuído, ao longo dos anos, a grandes criadores da arquitectura portuguesa.

Está em curso um estudo, determinado pelo vereador da Cultura, Manuel Pinto Machado, no sentido de ser reabilitado o «Prémio Valmor», onde se programam várias iniciativas, entre as quais a colocação de placas nos edifícios contemplados (ou no espaço recuperado), um pequeno «Museu Valmor», a reformulação do estatuto, uma «exposição Valmor», etc.

Edifício do Arco Íris nas Olaias





LI XIAN NIAN
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA

No discurso proferido durante a sessão de boas-vindas ao Presidente da República Popular da China, o Presidente da Câmara, após salientar os laços que ao longo de quase cinco séculos, vincularam os povos de Portugal e da China, afirmou que Lisboa acolheria de bom grado a instalação de um Instituto Cultural Chinês, por forma a divulgar o seu património e cultura milenária.

Para o efeito, o Município da capital poria à disposição os terrenos necessários à construção do Instituto com destino a Cursos, Exposições e diferentes manifestações culturais e artísticas da China.

Lisboa, 17 de Novembro

Visita oficial
aos Paços do Concelho
do Presidente da República Popular da China.
Na Sala Rosa Araújo,
o Eng.º Nuno Abecasis e Li Xiannian
trocam presentes



VELHARIAS NA ESTUFA FRIA

Caixas de fósforos, selos, moedas, louças, brinquedos, móveis e mais algumas bugigangas foram artigos que o público teve oportunidade de ver e comprar na Estufa Fria, aquando da realização do IX Salão de Velharias, patente na Estufa Fria de 22 de Novembro a 3 de Dezembro.

O certame contou com a presença de 70 expositores estabelecidos na capital e também de alguns feirantes.

Esta venda-exposição destina-se aos municípios de Lisboa e foi incorporada nas Festas da Cidades em 1980 com a participação de, apenas, 30 expositores. Desde a sua criação, a mostra de velharias contou sempre com o patrocínio exclusivo da Câmara Municipal de Lisboa e realiza-se duas vezes por ano com um Salão na Primavera e outro no Outono. Nos últimos anos esta iniciativa terá merecido a visita de cerca de 40 mil pessoas.

Pormenor de um dos expositores do IX Salão de Velharias

REMODELAÇÃO VIÁRIA DAS AMOREIRAS

Tiveram início em 3 de Dezembro as obras de remodelação viária das Amoreiras, cuja finalidade principal é orientar o tráfego de entrada e saída da cidade. A Av. Eng.º Duarte Pacheco passará a ter duas vias desniveladas em cada sentido de trânsito e acessos marginais de nível. A construção de um conjunto de vias e obras de arte, bem como o melhoramento de outras já existentes, tanto no que se refere ao piso, como ao alargamento do seu perfil transversal, vem permitir aos utentes um maior número de opções possíveis, para atingir algumas zonas notáveis da cidade, complementando, inclusivamente, outros acessos existentes.

Obras nas Amoreiras:
Custo aproximado dos trabalhos
500 000 contos;
data de conclusão prevista:
Dezembro de 1985





Salão Nobre dos Paços do Concelho,
10 de Dezembro:
tomada de posse
do Dr. Manuel Torres da Silva
do cargo de Director
dos Serviços de Pessoal

NOVO DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE PESSOAL DA CÂMARA

Tomou posse, em 10 de Dezembro, do cargo de Director dos Serviços de Pessoal da Câmara, o Dr. Manuel Torres da Silva, em cerimónia a que presidiu o Eng.º Nuno Abecasis.

O Dr. Torres da Silva é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra e desempenhava anteriormente as funções de Chefe de Divisão de Estudos e Documentação do Serviço Nacional de Bombeiros.

